



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
NUGEP DA PRESIDÊNCIA



Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas

Incabíveis, Inadmitidos e Pendentes

Atualização: 30/01/2019

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10003	2063941-31.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas - Ausência de correlação entre as razões do incidente e a efetiva controvérsia existente entre as C. Câmaras de Direito Público deste E. Tribunal - Questão processual suscitado em recurso ordinário perante o C. Superior Tribunal de Justiça - Incidente não admitido.
10004	2065868-32.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - DISCUSSÃO ACERCA DE TESE DE LEGITIMIDADE DE LANÇAMENTO, PELO FISCO PAULISTA, DE IPVA INCIDENTE SOBRE VEÍCULO REGISTRADO EM OUTRA UNIDADE FEDERATIVA NA HIPÓTESE EM QUE O CONTRIBUINTE PESSOA FÍSICA POSSUA MÚLTIPLAS RESIDÊNCIAS - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - Imprescindibilidade do esgotamento da primeira instância e a pendência de recurso para adequada aplicação das regras pertinentes ao IRDR, sob o risco de supressão do Juízo "a quo", consoante inteligência do art. 978, parágrafo único, do CPC 2015 - Não preenchimento, na hipótese, de todos os requisitos de admissibilidade imprescindíveis ao regular processamento do incidente, notadamente porque este foi suscitado no momento em que o processo de origem se encontrava em fase instrutória em primeiro grau -, de modo que lhe carece o interesse de agir (adequação) necessário ao regular exercício do direito de ação. - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10006	2084075-79.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Município de Jaú - Pretensão da requerente em pacificar entendimento das Câmaras Especializadas em Tributos Municipais acerca da cobrança da taxa de conservação de vias prevista no art. 99 do CTM - Jurisprudência pacífica sobre o tema - Inexistência de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Desatendimento, ademais, da regra estabelecida no parágrafo único do art. 978 do NCPC, em razão de o processo indicado como paradigma não estar tramitando nesta Corte - Inadmissibilidade da instauração do incidente.
10007	2084920-14-2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas juízo de admissibilidade arts. 976 e 978 do Código de Processo Civil inexistência de repetição de demandas que contenham controvérsia sobre questão unicamente de direito questão de fato que denota a peculiaridade do caso ausência de causa pendente de julgamento apelação julgada por esta Corte de Justiça embargos de declaração pendentes deslocamento de competência que se mostra inviável nesta fase impossibilidade de alteração, pela via dos aclaratórios, do entendimento adotado no apelo efeito infringente que se admite excepcionalmente, apenas para sanar os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil inobservância dos requisitos legais incidente inadmitido.
10008	2087625-82.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	IRDR - Pretensão de uniformização de jurisprudência desta corte acerca da possibilidade ou não, de ajuizamento de ação de prestação de contas por correntista 'sem o indicativo dos lançamentos reputados indevidos e/ou duvidosos - Requisitos de admissibilidade do incidente não preenchidos na hipótese presente - Ausência de recurso pendente no tribunal, do feito em que instaurado o incidente - Apelação a que se refere o requerente já julgada - Inteligência do § único, do artigo 978 do CPC - Incidente não admitido, com observância no disposto no § 3º, do artigo 967, do CPC.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10009	2089108-50.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - TRIBUTÁRIO - APLICABILIDADE DO ARRESTO ELETRÔNICO NO SISTEMA BACEN-JUD - EXECUÇÃO FISCAL ANTES DA CITAÇÃO DO EXECUTADO - INCIDENTE INADMITIDO PELO NÃO ATENDIMENTO DO ART. 978, § ÚNICO, DO CPC - EXECUÇÃO FISCAL QUE SE ENCONTRA ARQUIVADA EM PRIMEIRO GRAU - NÃO PODE ESTE TRIBUNAL ADMITIR INCIDENTE EXTRAÍDO DE AÇÃO QUE TRAMITA EM PRIMEIRO GRAU, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - NÃO CONHECIMENTO
10010	2094496-31.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Incabível	Decisão monocrática "... Nota-se, portanto, que a questão já está afetada para julgamento de recurso naquele C. Tribunal, de maneira que não se mostra adequada à pretensão de se criar precedente vinculante na orbita estadual quando já existe outro incidente visando criar um precedente vinculante com eficácia nacional".
10011	2095249-85.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Incabível	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR. Legitimidade para julgamento Ocorrência - Turma Especial da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que detém legitimidade, a teor do artigo 978 do CPC c.c. o art. 32, inciso I, do Regimento Interno desta E. Corte. Requisitos de admissibilidade do IRDR - Não preenchimento - Necessária efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, além de inexistência de recurso afetado para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva em qualquer dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência - Art. 976 do CPC - Pretensão à conversão dos vencimentos de servidores públicos municipais com base na lei da URV - Tribunais Superiores que já pacificaram o tema, existindo pronunciamentos em sede de recursos julgados tanto sob a sistemática prevista no artigo 543-B (repercussão geral) quanto sob a sistemática do artigo 543-C (repetitivo), ambos do CPC/73 RE 561.836/RN e REsp 1.101.726/SP - Parágrafo único do artigo 978 do CPC/15 que, por outro lado, indica necessidade de processo ainda em trâmite, pendente de pronunciamento do órgão julgador, circunstância que também não se verifica in casu Incidente inadmitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10012	2095985-06.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Pretensão de que sejam considerados abusivos reajustes nas mensalidades dos planos de saúde coletivos e familiares acima do percentual autorizado pela ANS. Hipótese de não conhecimento. Apresentação do incidente após o julgamento da apelação que lhe deu ensejo. Inadmissibilidade. Ambos devem ser julgados de forma concomitante. Descabe a este novo procedimento servir como meio oblíquo para revisão de decisão proferida por um dos órgãos do Tribunal. Intempestividade configurada. Inteligência do parágrafo único do art. 978 do CPC. Incidente não conhecido.
10013	2096352-30.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas matériareferente a competência da Justiça Federal para julgarações que versam sobre licitação, contratação e atos correlatos com o fornecimento de merenda escolar, custeada parcialmente por verba federal repassada pelo FNDE, reconhecendo-se o interesse da União não verificada a efetiva repetição de processos de tal modo a ensejar a instauração do incidente de demandas repetitivas incidente inadmitido Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10014	0027305-03.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 976 DO NCPC. AUSÊNCIA. INCIDENTE QUE GUARDA NATUREZA E SISTEMÁTICA DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PRECOCIDADE DA INSTAURAÇÃO NA QUAL O OBJETO DO INCIDENTE SE REPORTA A UMA LEITURA COLEGIADA E FIXAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ARTIGO 1.015 DO CPC. ALEGAÇÃO DE CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE DECLINA DA COMPETÊNCIA PARA O JEFAZ FUNDADA NO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA. AUSÊNCIA DE EFETIVA REPETIÇÃO DE CAUSAS COM DEMONSTRAÇÃO DA CONTROVÉRSIA, NA VIGÊNCIA DO NCPC, QUE NÃO COMPLETOU SEQUER UM SEMESTRE. DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS SOBRE CAUSAS VEICULANDO PRETENSÕES ISOMÓRFICAS NÃO DEMONSTRADA. 1. Foi o procedimento-modelo do Direito Alemão (Musterverfahren) o instituto que mais influenciou o IRDR, e tem como meta o gerenciamento de demandas repetitivas. Importante destacar que no referido instituto do direito tedesco, a parte deve apontar (não se admite instauração ex officio pelo juízo, ao contrário do modelo nacional que admite) os pontos litigiosos (Streitpunkte) que deseja ver resolvidos coletivamente, bem como os meios de prova que pretende produzir no incidente. O suscitante deve alegar e demonstrar que o pedido terá repercussão extraprocessual, interferindo na resolução de outros litígios similares. 2. Desse modo, a partir do modelo adotado no artigo 976 e incisos do NCPC, entendo, com apoio na doutrina alemã, que o requerimento suscitando esta espécie de Procedimento-Modelo não será admitido quando: a causa estiver pronta para julgamento; quando puder prolongar ou postergar indevidamente o processo; quando o meio de prova requerido for inadequado; quando as alegações não se justifiquem dentro dos objetivos do procedimento, ou ainda quando um ponto controvertido não aparentar necessidade de ser aclarado com eficácia coletiva (KapMuG § 1º). Nesse passo, portanto, é lícito concluir, que a coexistência de ambos os pressupostos previstos no artigo 976, incisos I e II do NCPC, exigem a demonstração de um superior interesse público, o de ser conveniente e oportuna a uniformização e consolidação da jurisprudência, com eficácia coletiva. 3. Em outras palavras, não são as Turmas Especiais e mesmo o Órgão Especial, competentes para estabelecer a melhor interpretação de um instituto jurídico que acabou de surgir e de maneira precoce, estabelecer uma tese jurídica capaz de ser abarcada pela técnica do incidente de resolução de demandas repetitivas. 4. Ao cabo, sem adentrar ao mérito do incidente, mas com o intuito de fundamentar a sua inadmissibilidade, se é verdade que as questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões (art. 1009, parágrafo 1º., do NCPC), é justamente a leitura teleológica e sistemática destes dispositivos, com os demais artigos do NCPC, que permitirão ao intérprete, vislumbrar, casuisticamente, a própria natureza do rol do artigo 1.015 do NCPC. Isto significa dizer que tudo o que for incompatível com a finalidade de se ter um processo célere e de participação e colaboração entre todos os personagens que nele atuam, deve ser repellido. INADMISSIBILIDADE DA INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE (ART. 976, PARÁGRAFO 3º NCPC).</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10015	2105727-55.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	"INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Ao Tribunal, após julgar o incidente e firmar a tese jurídica, caberá o julgamento da causa que lhe deu origem, nos termos do art. 978, parágrafo único do Código de Processo Civil Descabimento do incidente quando o recurso que deu origem ao pedido já fora julgado por este E. Tribunal Efeitos da tese firmada que se projetam para o futuro Incidente não admitido."
10016	2111283-38.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	*INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Matéria essencialmente fática Não apontado, ainda, qualquer recurso nesta Corte pendente de julgamento que envolva a matéria Inexistência de risco de ofensa à isonomia ou à segurança jurídica Questão que se restringe a uma única discordância nesta Corte e que diz respeito à matéria circunscrita aos advogados de São José do Rio Pardo Inadmissibilidade. *
10017	2112125-18.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Incorporação de 50% do valor do Prêmio de Incentivo aos proventos de pensionista Descabimento da instauração do incidente Recurso originário já julgado por esta Corte O pedido de instauração do incidente somente é possível enquanto ainda não julgada definitivamente a demanda que o ensejou Inteligência do art. 978, parágrafo único do NCPC Incidente não admitido.
10021	2118488-21.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Ação de indenização. Assunto relacionado a operações fraudulentas no mercado de capitais. Ausência de pluralidade e de risco de ofensa aos princípios da isonomia e segurança jurídica. Tema afeto a aspecto exclusivamente fático, de caráter individual, a desbordar dos pressupostos do instituto. Questão de direito que deve transcender aos interesses específicos das partes. Não cumprimento dos predicados legais. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10022	2120349-42.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Provimento 33/2013 da E. Corregedoria Geral da Justiça. Preenchimento incorreto de guia GARESP. Decreto de deserção. Suscitação do IRDR para unificação de entendimento quanto à interpretação da norma. Notícia do juízo no sentido de que o recurso que deu ensejo à suscitação do IRDR foi julgado, certificado o trânsito em julgado anteriormente à interposição. Ausência de um dos requisitos para a admissibilidade do IRDR, qual seja, a pendência de julgamento de recurso ou ação originária, consoante art. 978, parágrafo único do Novo Código de Processo Civil. IRDR inadmitido.
10024	2123481-10.2016.8.26.0000	Grupo Reservado de Direito Empresarial	Inadmitido	Decisão monocrática: "Por fim, também por serem cada vez mais raros, no dia a dia deste Tribunal de Justiça, os recursos oriundos de falências e concordatas antigas, que vão, paulatinamente, como é natural pelo decurso do tempo, desaparecendo, também por aí não se pode dizer haver risco à segurança jurídica, para os fins do mesmo art. 976, II".
10025	2126774-85.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	1 - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). Pedido formulado por uma das partes com o objetivo de uniformizar jurisprudência e fixar tese jurídica a respeito de temas controvertidos envolvendo (i) impenhorabilidade do bem de família como um todo, ainda que composto por duas matrículas, quando utilizado como moradia; e (ii) necessidade de se constatar (previamente) se o bem de família composto por duas matrículas é (ou não) passível de divisão física sem comprometer a moradia. 2 - PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. Artigo 976 do Código de Processo Civil. Inexistência. (...). 3 - RISCO À ISONOMIA E À SEGURANÇA JURÍDICA. Inexistência. (...) 4 - EFETIVA REPETIÇÃO DE PROCESSOS CONTENDO CONTROVÉRSIA SOBRE A MESMA QUESTÃO DE DIREITO. Pressuposto não preenchido.(...) 5 INCIDENTE REJEITADO POR FALTA DE PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE (...)

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10027	2127137-72.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - PRESSUPOSTOS DO ARTIGO 976 DO NCPC - AUSÊNCIA DE EFETIVA REPETIÇÃO DE CAUSAS COM DEMONSTRAÇÃO DA CONTROVÉRSIA - TRÂNSITO EM JULGADO DO FEITO REFERIDO NA MANIFESTAÇÃO DA SUSCITANTE - INCIDENTE NÃO ADMITIDO
10028	2127622-72.2016.826.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	Decurso de prazo para manifestação
10029	2127738-78.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - PRETENSÃO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDIÊNCIA - AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS POR OFICIAL DE JUSTIÇA - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM QUE SUSCITADO O INCIDENTE JÁ JULGADO - MATÉRIA EXPRESSAMENTE SOLUCIONADA POR ACÓRDÃO DA LAVRA DA C. 32ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO - AUSÊNCIA DE RECURSO PENDENTE - (...)
10030	2127883-37.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Incabível	Incidente de resolução de demandas repetitivas. Não cabimento. Hipótese do artigo 976, § 4º, do CPC/15. Questão de direito suscitada que já se encontra afetada em recurso perante o STJ. Incidente não admitido.
10031	2128866-36.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Servidores públicos estaduais. Inativos e pensionistas. Adicional por tempo de serviço (quinqüênio). Base de cálculo. Vencimentos integrais. CE, art. 129. O incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser suscitado antes do julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária de onde se originou o incidente, para que o órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica resolva também a lide principal. Inteligência do art. 978 e parágrafo único do NCPC. Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10032	2129927-29.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	<p>EMENTA INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Recurso de Agravo de Instrumento interposto em face de decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital (que deferiu a apresentação de seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do crédito em ação de rito ordinário) Superveniência do julgamento do agravo de instrumento (provimento) - Inexistência, pois, de recurso pendente de julgamento Desatendido o requisito do art. 978, parágrafo único, do Novo CPC Precedentes INCIDENTE NÃO ADMITIDO</p>
10033	2138039-84.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - DIREITO ADMINISTRATIVO - CONTRIBUIÇÃO MENSAL AO IAMSPE - ARTIGO 20 DO DECRETO-LEI Nº 257/70 - INCIDÊNCIA SOBRE O TERÇO CONSTITUCIONAL DAS FÉRIAS - Discussão acerca da legalidade da incidência da referida contribuição assistencial sobre o terço constitucional das férias, em razão da natureza jurídica indenizatória dessa parcela - Questão suscitada alvo de acentuada dissensão na jurisprudência desta Corte. REQUISITOS DO ARTIGO 976 DO NCPC - O IRDR, segundo a doutrina, só é cabível se houver cumulativamente a presença da (a) efetiva repetição de processos e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, (b) a questão for unicamente de direito e (c) houver causa pendente no Tribunal - In casu, o incidente foi suscitado quando a jurisdição da Turma Especial para o seu processamento e julgamento se encontrava exaurida, eis que, segundo consta do extrato de andamento, já foram interpostos recursos especial e extraordinário contra o v. Acórdão da 4ª Câmara de Direito Público, ora inadmitidos pela Presidência deste E. Tribunal, sendo, por conseguinte, determinada a remessa dos mesmos aos seus Tribunais Superiores respectivos - Inadmissibilidade do incidente que se impõe. Recurso não conhecido por ser inadmissível.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10034	2138791-56.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Ação de execução. Assunto relacionado ao preenchimento de guia de recolhimento de custas de preparo. Ausência de pluralidade e de risco de ofensa aos princípios da isonomia e segurança jurídica. Tema afeto a aspecto exclusivamente fático, de caráter administrativo, a desbordar dos pressupostos do instituto. Questão de direito que deve transcender aos interesses específicos das partes, não podendo, inclusive, constituir-se em expediente substitutivo da via recursal. Não cumprimento dos predicados legais. INCIDENTE REJEITADO.
10037	2147934-69.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR. Legitimidade para julgamento - Ocorrência - Turma Especial da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que detém legitimidade, a teor do artigo 978 do CPC c.c. o art. 32, inciso I, do Regimento Interno desta E. Corte. Requisitos de admissibilidade do IRDR - Não preenchimento - Parágrafo único do artigo 978 do CPC/15 que indica necessidade de processo ainda em trâmite, pendente de pronunciamento do órgão julgador, circunstância que também não se verifica in casu - Autor que se utiliza do incidente como substituto recursal - Inadmissibilidade - Pretensão que já fora enfrentada em apelação, cujo resultado lhe restou desfavorável - Não verificado os requisitos para apreciação da medida - Precedentes - Incidente inadmitido.
10038	2149929-20.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...) o presente incidente não poderá ser conhecido, pois o processo que o conduziu já foi julgado..."
10039	2151118-33.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivasInadequação da via eleita Impossibilidade do manejo deIRDR como sucedâneo recursal Ação ajuizada pelo ora suscitante julgada pela C. 4ª Câmara de Direito Público, com embargos de declaração pendentes de julgamento e manifestação a respeito da intenção de interpor Recurso Especial e Extraordinário Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10041	2157092-51.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVASRequerimento de instauração Juízo de admissibilidadeNecessidade de cumprimento dos pressupostos do art. 976, do novo Código de Processo Civil Inexistência de processo pendentede julgamento em grau de recurso, remessa necessária ou de processo de competência originária de onde se originou o incidente Acatamento de outro incidente sobre o mesmo tema - Inadmissibilidade da instauração do incidente ora requerido.
10042	2157228-48.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS DISCUSSÃO ACERCA DE TESE DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO PODER PÚBLICO NO QUE SE REFERE A VEÍCULO DANIFICADO EM RAZÃO DA QUEDA DE ÁRVORE ANTIGA EM CALÇADA JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE Imprescindibilidade do esgotamento da primeira instância e a pendência de recurso para adequada aplicação das regras pertinentes ao IRDR, sob o risco de supressão do Juízo "a quo", consoante inteligência do art. 978, parágrafo único, do CPC/2015 in casu, o IRDR foi suscitado no momento em que o processo de origem e o recurso de apelação já tinham sido julgados, ainda que tenham sido interpostos recurso especial e extraordinário ademais, a demanda sub examine (responsabilidade civil decorrente da queda de árvore em veículo) possui nitidamente matéria fática - não preenchimento, na hipótese, de todos os requisitos de admissibilidade imprescindíveis ao regular processamento do incidente, notadamente porque este foi suscitado em momento posterior ao julgamento do recurso de apelação pelo egrégio TJ-SP, de modo que lhe carece o interesse de agir (adequação) necessário ao regular exercício do direito de ação. Incidente não admitido.
10043	0042437-03.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Exame de admissibilidade - Questionamento suscitado em momento anterior à vigência do novo regramento processual, ainda sob a nomenclatura de incidente de uniformização de jurisprudência - Impossibilidade de processamento - Inaplicabilidade de legislação adjetiva atual porquanto não vigente à época - Não conhecimento.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10044	2161517-24.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	DECISÃO MONOCRÁTICA: "IRDR, enfim, o meio processual de que se valeu, não guarda pertinência com a situação material que o autor tenciona alcançar".
10045	2163299-66.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas em Ação Declaratória de Nulidade de Assembleia Geral Extraordinária, com Consignação em agamento, em fase de conhecimento. Requerimento de instauração. Juízo de Admissibilidade. Artigos 976 e 978, do CPC. Requisitos ausentes. Precocidade da instauração. Incidente não admitido.
10047	0044755-56.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Discussão judicial de débito fiscal objeto de acordo de parcelamento Descabimento da instauração do incidente Ausência de controvérsia O pedido de instauração do incidente somente é possível quando existente efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito Inteligência do art. 976 do NCPC Câmaras de Direito Público que já adotam o entendimento buscado pelo requerente Incidente não admitido.
10048	0044798-90.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR - Legitimidade para julgamento - Ocorrência - Turma Especial da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que detém legitimidade, a teor do artigo 978 do CPC cc. Art. 32, inc. I, do Regimento Interno dessa E. corte. Requisitos de admissibilidade do IRDR - Não preenchimento - Parágrafo único do artigo 978 do CPC/15 que indica necessidade de processo ainda em trâmite, pendente de pronunciamento do órgão julgador, circunstância que também não se verifica in casu - Autor que se utiliza de incidente como substituto recursal - Inadmissibilidade - Pretensão que já fora enfrentada em apelação, cujo resultado lhe restou desfavorável - Não verificados os requisitos para apreciação da medida - Precedentes - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10049	0045065-62.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS RECURSO DE APELAÇÃO EXTRAÍDO DOS AUTOS DE AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO IRDR ART. 978, PARÁGRAFO ÚNICO, DO NCPC RECURSO DE APELAÇÃO JÁ JULGADO INEXISTÊNCIA DE RECURSO PENDENTE DE JULGAMENTO NESTA SEGUNDA INSTÂNCIA REQUISITO NÃO PREENCHIDO INCIDENTE NÃO CONHECIDO. Considerandose que, para o incidente de resolução de demandas repetitivas ser admitido, nos termos do art. 978, parágrafo único, do NCPC, deve existir recurso pendente de julgamento, e que, no presente caso, o recurso de apelação interposto pela parte interessada já foi julgado, de rigor o não conhecimento do IRDR.
10050	2172012-30.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Matéria cuja tese pretende se firmar que já foi julgada, em sede recursal, no caso concreto pela Colenda Câmara de Origem deste Tribunal de Justiça, em agravo de instrumento anteriormente interposto (AI 2021438-92.2016.8.26.0000). Interposição de nova agravo de instrumento (AI 2156807-58.2016.8.26.0000) para rediscutir a mesma matéria não enseja a possibilidade de analisar a mesma questão em sede de incidente de demandas repetitivas. Impossibilidade de instauração do incidente. Inteligência do art. 978, parágrafo único, do CPC/2015. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.
10051	0046891-26.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Discussão acerca da identificação de provedores de internet, sobretudo de origem estrangeira, bem como do momento de aplicação da Lei conhecida como Marco Civil da Internet Não preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade Ajuizamento do incidente após o julgamento do recurso que lhe deu origem Exigência legal de pendência de recurso ou processo, cuja análise judicial deve ocorrer em conjunto com a decisão do IRDR, conforme parágrafo único do art. 978 do CPC Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10052	2175577-02.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Ao Tribunal, após julgar o incidente e firmar a tese jurídica, caberá o julgamento da causa que lhe deu origem, nos termos do art. 978, parágrafo único do Código de Processo Civil, do que resulta o descabimento do incidente quando o recurso que deu origem ao pedido já fora julgado por este E. Tribunal. Impossibilidade de instauração do IRDR como sucedâneo recursal, em que os recursos extraordinário e especial já interpostos aguardam juízo de admissibilidade. Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10053	2178192-62.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Icabível	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO TRANSERP Discussão acerca de nulidade de multa de trânsito aplicada pela sociedade de economia mista em face do questionamento da licitude da delegação do poder de polícia municipal. AUSÊNCIA DE REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO IRDR O IRDR exige para o seu cabimento a presença cumulativa de: (a) efetiva repetição de processos e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, (b) a questão controversa ser unicamente de direito e (c) houver causa pendente no Tribunal. In casu, o incidente foi suscitado após o recurso de apelação da sentença já ter sido julgada pela C. 3ª Câmara de Direito Público, já rejeitados embargos de declaração contra acórdão, descabendo a admissão do IRDR junto à Turma Especial. Pressuposto que decorre do p. único do art. 978 do NCPC, que fixa como premissa, primeiro, a solução da tese controversa, depois, o julgamento do recurso em conformidade àquela. Precedente desta Turma Especial. Descabimento do manejo do IRDR como sucedâneo recursal, propondo-se o instituto à uniformização do entendimento de certa tese jurídica, para conferir estabilidade e segurança jurídicas, agilizando o Poder Judiciário em face da repetição da mesma tese e sua apreciação de forma atomizada pelo sistema, afastando a pluralidade de entendimentos diversos ou conflitantes. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF DA QUESTÃO (§4º do art. 976 do NCPC) É incabível o IRDR quando um dos tribunais superiores já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão repetitiva A questão já é objeto de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, mas ainda pendente de julgamento, como Tema 532, ARE 662186 RG/MG MINAS GERAIS. Instauração do incidente rejeitada por inadmissibilidade.</p>
10054	2182100-30.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Incabível	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Juízo de admissibilidade - Determinação do artigo 976, § 4º, do NCPC - Admissão sob o rito dos Recursos Repetitivos, juntamente com outros apelos especiais - Não cabimento do conhecimento e julgamento incidente de resolução de demandas repetitivas, quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência - Incidente Inadmitido</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10056	2194134-37.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	ACIDENTE DE TRÂNSITO SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA RECONHECENDO A CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVA DESCABIMENTO AUSÊNCIA DE CONTROVÉRSIA SOBRE QUESTÃO EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. INCIDENTE INADMITIDO.
10057	2195897-73.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS IRDR. Legitimidade para julgamento Ocorrência - Turma Especial da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que detém legitimidade, a teor do artigo 978 do CPC c.c. o art. 32, inciso I, do Regimento Interno desta E. Corte. Juízo de Admissibilidade em IRDR Possibilidade de suspensão do registro no CADIN quando o débito tributário estiver garantido por qualquer outra garantia idônea que não o depósito judicial Requisitos do Incidente não preenchidos Artigo 978 do CPC/15 que indica a necessidade de processo ainda em trâmite, pendente de pronunciamento do órgão julgador Circunstância não verificada in casu, vez que já houve julgamento do Agravo de Instrumento ensejador da instauração do presente Incidente inadmitido.
10059	2207800-08.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Reintegração ao serviço público. Absolvição na esfera criminal. O incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser suscitado antes do julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária onde se originou o incidente, para que o órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica resolva também a lide principal. Inteligência do art. 978 e parágrafo único do NCPC. Incidente não conhecido.
10061	2211086-91.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas. Questionamento sobre a prescribibilidade de registro público supostamente eivado de fraude. Não conhecimento. Por decorrência da previsão expressa no parágrafo único do art. 978 do Novo Código de Processo Civil, o incidente de resolução de demandas repetitivas somente pode ser suscitado antes do julgamento do recurso que o origina, não podendo ser conhecido, posto que caberá ao Órgão responsável pelo julgamento do incidente apreciar o recurso que o originou. Incidente não conhecido. Precedente deste Órgão Especial.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10062	2211271-32.2016.8.26.0000	7º Grupo de Direito Público	Pendente	
10064	2212122-71.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Ao Tribunal, após julgar o incidente e firmar a tese jurídica, caberá o julgamento da causa que lhe deu origem, nos termos do art. 978, parágrafo único do Código de Processo Civil, do que resulta o descabimento do incidente quando o recurso que deu origem ao pedido já fora julgado por este E. Tribunal. No caso a apelação foi julgada enquanto processadas diligências necessárias ao juízo de admissibilidade do incidente, sem que a notícia de sua instauração chegasse ao conhecimento de seu relator. IRDR prejudicado.
10065	2214006-38.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Tema: concessão de tutela antecipada em ações de conhecimento para suspender a cobrança de TUST, TUSD e demais encargos da base de cálculo do ICMS incidentes sobre as contas de energia Dissídio sobre tema cautelar, e não sobre o conteúdo material do direito alegado o debate de fundo O pressuposto para concessão de liminar suspensiva no atual regramento do recurso de agravo reside, n'última análise, sem olvidar o pressuposto da verossimilhança, na aferição da urgência e do risco, à parte agravante, de lesão grave e difícil reparação Exegese dos artigos 1.015, inciso I, e 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil Processamento negado Incidente rejeitado.
10067	0056808-69.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Pretensão de obter decisão vinculante sobre a natureza do rol do art. 1.015 do CPC, sobretudo diante da hipótese do caso concreto que versa sobre despacho em relação ao valor da causa - Não preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade - Ajuizamento do incidente após o julgamento do recurso que lhe deu origem - Exigência legal de pendência de recurso ou processo, cuja análise judicial deve ocorrer em conjunto com a decisão do IRDR, conforme parágrafo único do art. 978 do CPC - Ausência, igualmente, de clara demonstração de efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão - Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10068	2217014-23.2016.8.26.0000	7º Grupo de Direito Público	Pendente	
10070	2218193-89.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Matéria cuja tese pretende se firmar que já foi julgada, em sede recursal, no caso concreto, pela Colenda Câmara de Origem deste Tribunal de Justiça. Impossibilidade de instauração do incidente. Inteligência do art. 978, parágrafo único, do CPC/2015. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.
10072	2219617-69.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Questionamento quanto à isenção da Municipalidade ao recolhimento de custas judiciais para obtenção de informações junto aos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud. Requisitos de admissibilidade não preenchidos. Ausência de recurso pendente. Inteligência do artigo 978, parágrafo único, do CPC. Incidente não conhecido.
10073	2220525-29.2016.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Divergência acerca da possibilidade de imposição da pena de cassação da aposentadoria em processo administrativo disciplinar. Suscitante já teve seu "mandamus" julgado por este Egrégio Colegiado. Art. 978 do CPC exige a existência de recurso, remessa necessária ou processo de competência originária pendente de julgamento no Tribunal, para a instauração de IRDR. Diversos são os precedentes deste colegiado no mesmo sentido. Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10074	2222143-09.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - ITCMD - BASE DE CÁLCULO DE BEM IMÓVEL - Discussão acerca da ilegalidade da alteração da base de cálculo do ITCMD de bem imóvel rural (ou direito a ele relativo), de valor venal apontado no ITR para o valor médio da terra nua e das benfeitorias, mediante Decreto (46.655/02, com redação dada pelo Decreto 55.002/09), por ofensa ao princípio da legalidade tributária. AUSÊNCIA DE REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO IRDR - O IRDR exige para o seu cabimento a presença cumulativa de: (a) efetiva repetição de processos com controvérsia e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, (b) a questão controversa ser unicamente de direito e (c) houver causa pendente no Tribunal. In casu, inadmissível o incidente pela não comprovação do pressuposto de efetiva repetição de processos que contenham controvérsia - Matéria considerada pacificada na jurisprudência deste E. Tribunal - Inexistência de divergência jurisprudencial disseminada a ser superada pelo incidente - Inexistência de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica derivada da disparidade inconstância da jurisprudência. Descabimento do manejo do IRDR, que se propõe à uniformização do entendimento de certa tese jurídica, para conferir estabilidade e segurança jurídicas, agilizando o Poder Judiciário em face da repetição da mesma tese e sua apreciação de forma atomizada pelo sistema, afastando a pluralidade de entendimentos diversos ou conflitantes. Instauração do incidente rejeitada por inadmissibilidade.
10075	2223237-89.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Multas de trânsito Ausência de notificação - Descabimento da instauração do incidente Recurso originário já julgado por esta Corte O pedido de instauração do incidente somente é possível enquanto ainda não julgada definitivamente a demanda que o ensejou Inteligência do art. 978, parágrafo único do NCP Incidente não admitido.
10077	2224375-91.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA REPETITIVA. A instauração do incidente pressupõe a existência de processo pendente de julgamento. Interpretação do parágrafo único do artigo 978 do NCP. Inviável conhecer o IRDR ante o julgamento anterior da apelação. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10078	2227850-55.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	3INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - PLANO DE SAÚDE - CONTRATOS COLETIVOS, EMPRESARIAIS E POR ADESÃO - APLICAÇÃO ÀS CONTRATAÇÕES FIRMADAS A PARTIR DE 01.01.2004 OU ÀQUELAS AJUSTADAS AOS DITAMES DA RESOLUÇÃO ANS Nº 63/2003 - AUMENTO EM RAZÃO DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA, NA HIPÓTESE AOS 59 ANOS - CONTROVÉRSIA ACERCA DO CARÁTER ABUSIVO, OU NÃO, DO AUMENTO DOS PLANOS NAS CONDIÇÕES APONTADAS, À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - QUESTÃO DE DIREITO - EXISTÊNCIA DE UM NÚMERO CONSIDERÁVEL DE DIVERGÊNCIAS ENTRE AS CÂMARAS, OU ATÉ ENTRE OS MEMBROS DE UMA MESMA CÂMARA, DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RISCO DE OFENSA À ISONOMIA, CONSTITUCIONAL E INFRA-CONSTITUCIONAL, QUE DEVE EXISTIR ENTRE OS CONTRATANTES DE PLANOS NAS MESMAS CONDIÇÕES -- EXISTÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES, A RESPEITO DO MESMO ASSUNTO, COMPROMETE A SEGURANÇA JURÍDICA - NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS JÁ INSTAURADO, ANALISADO E DECIDIDO NO ÂMBITO DESTE TRIBUNAL - IRDR Nº 0043940-25.2017.8.26.0000 JULGADO EM .12.2017 - PREJUDICADA A ANÁLISE DO PRESENTE EXPEDIENTE - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
10079	0059511-70.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Requerimento de instauração Juízo de admissibilidade Necessidade de cumprimento dos pressupostos do art. 976, do novo Código de Processo Civil Inexistência de processo pendente de julgamento em grau de recurso, remessa necessária ou de processo de competência originária do qual se originou o incidente Inadmissibilidade da instauração do incidente.
10080	2229807-91.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10081	2231544-32.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. CONSTATAÇÃO DE QUE O RECURSO DE APELAÇÃO QUE ORIGINOU O INCIDENTE FORA JULGADO ANTES DO SEU PROTOCOLO. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE, EIS QUE CABE AO ÓRGÃO FRACIONÁRIO RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO DO INCIDENTE APRECIAR O RECURSO QUE O ORIGINOU. PRECEDENTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DESTA CORTE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
10083	2231954-90.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - AÇÃO DE COBRANÇA - LOTEAMENTO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE - RECURSOS QUE ENSEJARAM O PRESENTE INCIDENTE JULGADOS EM DEFINITIVO - IMPOSSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVOS COMO SUCEDÂNEO RECURSAL - INCIDENTE NÃO CONHECIDO
10084	2233181-18.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - PLANO DE SAÚDE - CONTRATOS COLETIVOS, EMPRESARIAIS E POR ADESÃO - APLICAÇÃO ÀS CONTRATAÇÕES FIRMADAS A PARTIR DE 01.01.2004 OU ÀQUELAS AJUSTADAS AOS DITAMES DA RESOLUÇÃO ANS Nº 63/2003 - AUMENTO EM RAZÃO DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA, NA HIPÓTESE AOS 59 ANOS - CONTROVÉRSIA ACERCA DO CARÁTER ABUSIVO, OU NÃO, DO AUMENTO DOS PLANOS NAS CONDIÇÕES APONTADAS, À LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - QUESTÃO DE DIREITO - EXISTÊNCIA DE UM NÚMERO CONSIDERÁVEL DE DIVERGÊNCIAS ENTRE AS CÂMARAS, OU ATÉ ENTRE OS MEMBROS DE UMA MESMA CÂMARA, DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RISCO DE OFENSA À ISONOMIA, CONSTITUCIONAL E INFRA-CONSTITUCIONAL, QUE DEVE EXISTIR ENTRE OS CONTRATANTES DE PLANOS NAS MESMAS CONDIÇÕES -- EXISTÊNCIA DE DECISÕES CONFLITANTES, A RESPEITO DO MESMO ASSUNTO, COMPROMETE A SEGURANÇA JURÍDICA - NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS JÁ INSTAURADO, ANALISADO E DECIDIDO NO ÂMBITO DESTA CORTE - IRDR Nº 0043940-25.2017.8.26.0000 JULGADO EM .12.2017 - PREJUDICADA A ANÁLISE DO PRESENTE EXPEDIENTE - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10085	2234489-89.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Incabível	DECISÃO MONOCRÁTICA: "No entanto, como já esclareceu a própria associação requerente, o tema já foi objeto de exame em sede de Recursos Repetitivos pelo C. Superior Tribunal de Justiça (Resp 1.280.871/SP e 1.439.163/SP)".
10086	0063044-37.2016.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas. Instauração em face de apelação julgada. Inadmissibilidade. Aplicação da norma inserta no parágrafo único do artigo 978 do CPC. Incidente não conhecido.
10087	2241316-19.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR visando estabelecer tese com base em julgamento escorado em "prova técnica" - absoluta impossibilidade; - o incidente exige, na forma estampada no NCPC, que a questão a ser sumulada, verse sobre questões unicamente de direito - na espécie busca o requerente que decisão alicerçada em LAUDO TECNICO, venham a representar paradigma para a fixação de "tese" - inviabilidade; Rejeição do incidente.
10088	2242466-35.2016.8.26.0000	Não distribuído	Inicial Indeferida	DECISÃO MONOCRÁTICA: "...não foi possível compreender a pretensão dos autores..."
10089	2246363-71.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Ausência de prova da inexistência de afetação de recurso junto a tribunal superior, bem como, inexistente recurso do requerente pendente de julgamento nesta Corte sobre a ilegalidade e inconstitucionalidade da taxa de limpeza pública instituída e exigida pelo Município de Jahu - Hipótese de não admissão Precedentes da Egrégia Turma Especial desta Corte - INCIDENTE NÃO ADMITIDO.
10091	2249020-83.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Ausência de prova da inexistência de afetação de recurso junto a tribunal superior, bem como, ausente recurso pendente de julgamento nesta Corte Hipótese de não admissão Precedentes - INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10092	2250571-98.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS DISCUSSÃO ACERCA DE TESE DE EVENTUAL DIREITO DO SERVIDOR À INCORPORAÇÃO EM SEUS VENCIMENTOS DA GRATIFICAÇÃO POR COMANDO DE UNIDADE PRISIONAL, NOS TERMOS DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 842/98 E 917/02, PROPORCIONALMENTE À RAZÃO DE 1/10 (UM DÉCIMO) POR ANO, DURANTE O PERÍODO EM QUE EXERCEU E/OU ESTIVER EXERCENDO A FUNÇÃO DE DIRETOR, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 133 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE Imprescindibilidade de pendência de recurso para adequada aplicação das regras pertinentes ao IRDR in casu, o IRDR foi suscitado no momento em que o processo de origem e o recurso de apelação já tinham sido julgados - não preenchimento, na hipótese, de todos os requisitos de admissibilidade imprescindíveis ao regular processamento do incidente, notadamente porque este foi suscitado em momento posterior ao julgamento do recurso de apelação pelo egrégio TJ-SP, de modo que lhe carece o interesse de agir (adequação) necessário ao regular exercício do direito de ação. Incidente não admitido.
10093	0068113-50.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Juízo de admissibilidade. Imprescindibilidade de que seja verificada a concreta e inexorável repetição de processos que abarquem controvérsia, exclusivamente, sobre matéria de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, concomitantemente com a efetiva e indubitável inexistência de incidente similar quando um dos tribunais superiores já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva. Não preenchimento do requisito determinante da necessária existência de pendência de matéria concernente à causa principal que originou o incidente. Incidente suscitado posteriormente ao julgamento, pela Colenda 18ª Câmara de Direito Público, do recurso de apelação pelo requerente interposto. Exegese dos artigos 976 a 978 do Novo Código de Processo Civil. Inadmissibilidade de instauração do incidente.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10094	2256477-69.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Empresa pública municipal que pretende a instauração do incidente visando à uniformização do entendimento em relação às notificações das infrações de trânsito - Ausência da demonstração da efetiva repetição de processos que contenham a controvérsia e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Inteligência do artigo 976, do CPC - Inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência dos pressupostos de admissibilidade. Incidente inadmitido.
10095	2256856-10.2016.8.26.0000	Não distribuído	Inicial Indeferida	DECISÃO MONOCRÁTICA: "...não foi possível compreender a pretensão dos autores..."
10096	0068335-18.2016.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Tema: responsabilidade tributária do IPVA atinente ao alienante de veículo automotor sem comunicação tempestiva ao órgão de trânsito competente, nos termos do artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro Processamento negado, tendo em vista o julgamento da ação principal em momento anterior ao ajuizamento do presente incidente Incidente não admitido.
10097	2001012-25.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Pretensão de anulação de questões objetivas apresentadas em exame de concurso público para promoção ao cargo de Cabo da Polícia Militar. - O incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser suscitado antes do julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária de onde se originou o incidente, para que o órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica resolva também a lide principal. Inteligência do art. 978 e parágrafo único do CPC. -Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10098	2001477-34.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.ACÓRDÃO PROFERIDO, EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, QUE NÃO CONHECEU A APELAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 37 DO CPC DE 1973. INCIDENTE QUE SE MOSTRA INADMISSÍVEL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 976, I E II DO CPC. NÃO CONSTATADA A EFETIVA REPETIÇÃO DE DECISÕES CONFLITANTES APTAS A IMPLICAR RISCO À ISONOMIA E A SEGURANÇA JURÍDICA. JULGAMENTO DA APELAÇÃO QUE TAMBÉM INVIABILIZA O CONHECIMENTO DESTE INCIDENTE, APESAR DE PENDENTE A APRECIACÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, TENDO EM VISTA A NATUREZA MERAMENTE INTEGRATIVA DA MENCIONADA VIA RECURSAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 978 DO CPC. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
10099	2005059-42.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Descabimento da instauração do incidente - Recurso originário já julgado, com trânsito em julgado - O pedido de instauração do incidente somente é possível enquanto ainda não julgada definitivamente a demanda que o ensejou - Inteligência do art. 978, parágrafo único, do NCPD.
10100	2008386-92.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. FASE DE ADMISSIBILIDADE. Requerente que sustenta existir divergência de entendimentos entre Câmaras integrantes da Seção de Direito Público deste E. Tribunal de Justiça quanto à possibilidade de se computar o período de desincompatibilização como tempo de efetivo exercício, para os fins de licença-prêmio. Não preenchimento dos requisitos de "efetiva repetição de processos", de "existência de controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito" e de "risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica", previstos no art. 976, incisos I e II do CPC/2015. INCIDENTE NÃO ADMITIDO

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10101	2011287-33.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) Proposição com escopo de uniformizar jurisprudência acerca da pretensão de anulação de questões objetivas apresentadas em exame de concurso público da carreira da Polícia Militar (questões 3, 14, 16 e 18 de avaliação de Língua Portuguesa, constantes na prova de Conhecimentos Específicos aplicada no Concurso Público PM 2012, para o cargo de Cabo PM) Pressupostos de admissibilidade do IRDR não satisfeitos Universo restrito de demandas similares, atingindo apenas alguns candidatos de concurso público singularizado, sem potencial de "efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito" (art. 976, I, do CPC), em projeção de relevante impacto ou de expressivo significado, a justificar a pesada via do IRDR, no foco da fixação de tese jurídica vinculante - Reexame de solução de questões de provas de conhecimentos específicos (língua portuguesa) que, em si e abstração à eventual e discutida possibilidade de revisão judicial, não se qualifica como "questão unicamente de direito" (art. 976, I, do CPC), por exigir juízo de feição fáticocientífica, alheio à esfera jurídica "Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica" (art. 976, II, do CPC), em multiplicidade de demandas, também não verificado, não bastando, para tanto, alguns julgados pela anulação das questões, enquanto a jurisprudência largamente majoritária desta Corte caminha em sentido oposto, aliada à tese jurídica já fixada, em repercussão geral, pelo E. STF (RE 632853/CE). INCIDENTE NÃO ADMITIDO</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10102	2012072-92.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) Deliberação nº 124/2014 do Conselho Estadual de Educação Discussão acerca do questionamento da legalidade da Deliberação nº 124/2014 elaborada pelo Conselho Estadual de Educação que determinou idades mínimas para ingresso no curso supletivo de ensino fundamental e de ensino médio em face da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. AUSÊNCIA DE REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO IRDR O IRDR exige para o seu cabimento a presença cumulativa de: (a) efetiva repetição de processos e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, (b) a questão controversa ser unicamente de direito e (c) houver causa pendente no Tribunal. In casu, prejudicado o incidente perante a Turma Especial em razão do recurso de apelação que lhe deu causa já ter sido julgado pela C. 13ª Câmara de Direito Público, descabendo a admissão do IRDR. O IRDR não se presta para a finalidade de revisão de acórdão proferido no processo em que foi suscitado o incidente. Pressuposto que decorre do p. único do art. 978 do NCPC, que fixa como premissa, primeiro, a solução da tese controversa, depois, o julgamento do recurso em conformidade àquela. Precedente desta Turma Especial. Pendência de Embargos de Declaração que não elide o fato obstativo de existência de julgamento do recurso de apelação. Instauração do incidente rejeitada por inadmissibilidade.
10103	2012920-79.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS -Instauração após o julgamento do recurso de apelação interposto pelo suscitante - Requisito de admissibilidade do artigo 978, parágrafo único do CPC não satisfeito - O recurso que dá origem à instauração do incidente deve ser julgado em conjunto com a decisão do IRDR - Incidente não conhecido.
10104	0007863-17.2017.8.26.0000	Não distribuído	Inicial Indeferida	DECISÃO MONOCRÁTICA: "...foi determinada a emenda da exordial para a comprovação dos requisitos suparcidatos (fls. 84), mas a autora ficou inerte".

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10105	2017005-11.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. PRETENSÃO AFORADA POR PARTE PROCESSUAL. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO EM AÇÃO DE COBRANÇA. PRECEDENTE JULGAMENTO PROFERIDO PELA COLETA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL. INADMISSIBILIDADE DO PEDIDO. ART. 978, NCPC. RECONHECIMENTO. ARQUIVAMENTO. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Pretensão promovida por parte processual. Recurso de Apelação interposto para impugnar sentença desfavorável precedentemente julgado pela C. Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal. Inadmissibilidade do pedido, à luz do que dispõe o art. 978, parágrafo único, do NCPC.
10106	2017495-33.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Pedido formulado por parte parcialmente vencida em recurso de apelação. Inadmissibilidade. Recurso de apelação já julgado pela 1ª. Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça. Inadmissibilidade do pedido, à luz do que dispõe o art. 978, parágrafo único, do NCPC. Dispositivo citado exige que o Órgão colegiado incumbido de fixar a tese jurídica julgue igualmente o recurso de apelação. Inviabilidade de o incidente ser suscitado em causas-piloto já julgadas. IRDR não é substituto de recursos às Cortes Superiores para eventual insurgência em face de Acórdãos. Ausência de pressuposto de admissibilidade do incidente. Rejeição liminar do incidente.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10107	2018337-13.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Município de Indaiatuba - Guarda Municipal Adicional de periculosidade sobre horas extras - Tema centrado no exame da base de cálculo do adicional de periculosidade, segundo a lei local, para saber se nele se deve, ou não, apontar o valor das horas extras - Adstrição ou correlação do tema objeto de IRDR à demanda posta na petição inicial - Pressupostos de admissibilidade do IRDR não satisfeitos - Universo restrito de demandas similares, atingindo apenas determinada categoria de servidores municipais, em campo de singular vantagem remuneratória, atrelada à jornada extraordinária de trabalho - Pressuposto da "efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito" (art. 976, I, do CPC), com "risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica" (art. 976, II, do CPC), não configurado - Ausência de questão de potencial projeção de relevante impacto ou de expressivo significado, capaz de comprometer a estabilidade e a confiança das estruturas judiciais, para justificar a pesada via do IRDR, no foco da fixação de tese jurídica vinculante - Mera divergência de julgados que, em si, não justifica o IRDR, observando que, para além do IRDR (art. 976 do CPC) e do IAC para composição de divergência (art. 947, §4º, do CPC), para situações de menor impacto ou relevância, há, conforme previsão no Regimento Interno deste - Tribunal de Justiça (art. 192, § 2º), a via mais célere, mais simples e sem os graves efeitos vinculantes da pacificação de jurisprudência Situação peculiar, por fim, a indicar pendência de questão fática, por insuficiência e dubiedade probatória, que toca ao cálculo das horas extras Elementos de convicção do feito que não permitem saber se, no cálculo das horas extraordinárias, o adicional de periculosidade já foi considerado Risco de bis in idem, ou indevida duplicidade cruzada de verbas remuneratórias Incerteza sobre questão fática, que também afasta a admissibilidade do incidente por expressar controvérsia não restrita à questão unicamente de direito (art. 977, I, do CPC). INCIDENTE NÃO ADMITIDO.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10108	2018727-80.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Tema: exclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e dos encargos setoriais da base de cálculo do ICMS cobrado mensalmente pelo consumo de energia elétrica Processamento negado, tendo em vista a tramitação das ações ocorrerem em sede do sistema dos Juizados Especiais Incidente rejeitado
10109	2020215-70.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Pedido formulado por empresa, em decorrência de ação de execução fiscal, que lhe é movida pelo Município de Santana de Parnaíba - Celeuma atinente à legitimidade passiva na ação de execução referida - Alegação da suscitante de que decisão do Relator de recurso de Agravo de Instrumento foi proferida de forma contrária ao já decidido em outro processo entre as mesmas partes, que tramita perante outra Câmara desta Corte - Incidente que, malgrado tenha previsão dentro da competência genérica da Turma Especial da Seção de Direito Público do TJSP, não apresenta os requisitos referidos nos incisos do art. 976 do novo Código de Processo Civil - Inexistência de multiplicidade de processos sobre o mesmo tema - Não configurado o risco à segurança jurídica - Matéria, por fim, já decidida pela Câmara competente, em sede de recurso de Agravo de Instrumento - Incidente não admitido.
10111	2023979-64.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Inadequação da via eleita Pretensão de modificação de jurisprudência uníssona do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Ausência de demonstração da efetiva repetição de processos, da controvérsia e de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Artigo 976 do CPC - Descabimento do incidente quando o recurso que deu origem ao pedido já fora julgado por este E. Tribunal - Artigo 978, parágrafo único do CPC - Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10112	2025063-03.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Candidato ao cargo de Guarda Civil que pretende a instauração do incidente visando à uniformização do entendimento em relação à exigência de perfil psicológico previamente estabelecido, para fins de aprovação em concurso público - Jurisdição encerrada com o julgamento da demanda principal - Inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente inadmitido.
10113	2033531-53.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Incabível	DECISÃO MONOCRÁTICA: "Entretanto, razão não lhe assiste, pois, além de lhe ser vedado utilizar-se de IRDR para discutir matérias já afetadas em recurso nos Tribunais superiores..."
10114	2035230-79.2017.8.26.0000		Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Juízo de admissibilidade. Não preenchimento do pressuposto de existência de processo pendente no respectivo tribunal, que originou o incidente. IRDR suscitado posteriormente ao julgamento, pela Colenda 18ª Câmara de Direito Público, de processo de competência originária do TJSP. Exegese dos artigos 976 a 978 do Novo Código de Processo Civil. Incidente INADMITIDO.
10115	0015448-23.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - DISCUSSÃO ACERCA DE SUPOSTA ILICITUDE DE ATO ADMINISTRATIVO QUE DETERMINOU A ALTERAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO - MATÉRIA ESTRITAMENTE FÁTICA - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - Imprescindibilidade de pendência de recurso para adequada aplicação das regras pertinentes ao IRDR - in casu, o IRDR foi suscitado no momento em que o processo de origem e o recurso de apelação já tinham sido julgados - ademais, a demanda sub examine (anulação de ato administrativo supostamente ilícito que determinou a alteração de seu local de trabalho) possui nitidamente matéria fática - não preenchimento, na hipótese, de todos os requisitos de admissibilidade imprescindíveis ao regular processamento do incidente, notadamente porque este foi suscitado em momento posterior ao julgamento do recurso de apelação pelo egrégio TJ-SP, de modo que lhe carece o interesse de agir (adequação) necessário ao regular exercício do direito de ação. Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10116	2045963-07.2017.8.26.0000	7º Grupo de Direito Público	Pendente	
10117	2045976-06.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Alegação de ilegalidade e inconstitucionalidade da Taxa de Coleta, Remoção e Destinação do Lixo da Comarca de São Caetano do Sul - Matéria das Câmaras Especializadas em tributos municipais (14ª, 15ª e 18ª) desta Corte - Argumentação no sentido da existência dos requisitos legais do incidente, constantes do art.976 e incisos do novo Código de Processo Civil - Descabimento, in casu - Inexistência de questão pendente de julgamento neste Tribunal, eis que, como declinado pelo próprio suscitante, em nova petição, a Câmara competente já julgou, há vários meses, o recurso de apelação de que este incidente se originou - O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas não é um super-recurso, que pode servir para a reforma de decisões já prolatadas a respeito da matéria discutida - Incidente não admitido.
10118	2049506-18.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Requerimento de instauração - Juízo de admissibilidade - Necessidade de cumprimento dos pressupostos do art. 976, do novo Código de Processo Civil - Inexistência de processo pendente de julgamento em grau de recurso, remessa necessária ou de processo de competência originária do qual se originou o incidente - Inadmissibilidade da instauração do incidente.
10119	2055153-91.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	Processual civil. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Ausência de demonstração de efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão de direito. Requisito previsto no art. 976, inciso I, do CPC/2015. Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10120	2056126-46.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Proposição com escopo de uniformizar jurisprudência acerca do tema referente à juridicidade, ou não, do transporte de passageiros, trabalhadores rurais, por veículo com tempo de fabricação superior a 20 (vinte) anos - Matéria que tangencia a análise da legalidade e da constitucionalidade da aplicação do artigo 1º da Portaria SUP/DER-53/2010, em face ao prescrito no artigo 22, XI, da Constituição Federal, conforme a pretensão dos proponentes - Inadequação da via do IRDR para solução de questão de fundo constitucional, observada a natureza fracionária da Turma Especial - Pressupostos de admissibilidade do IRDR (art. 976, I e II, do CPC), ademais, não satisfeitos, ante o universo restrito de demandas similares, abarcando discussão jurídica de reduzida expressão quantitativa, sem potencial para desestabilizar a segurança jurídica própria das estruturas judiciais - Julgamento da apelação na Câmara de origem, por fim, obstativo da admissibilidade do incidente, por falta de pendência de julgamento de recurso (art. 978, parágrafo único, do CPC). INCIDENTE NÃO ADMITIDO.</p>
10121	0018797-34.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Proposição com escopo de uniformizar jurisprudência acerca do tema referente à juridicidade, ou não, do transporte de passageiros, trabalhadores rurais, por veículo com tempo de fabricação superior a 20 (vinte) anos - Matéria que tangencia a análise da legalidade e da constitucionalidade da aplicação do artigo 1º da Portaria SUP/DER-53/2010, em face ao prescrito no artigo 22, XI, da Constituição Federal, conforme a pretensão dos proponentes - Inadequação da via do IRDR para solução de questão de fundo constitucional, observada a natureza fracionária da Turma Especial - Pressupostos de admissibilidade do IRDR (art. 976, I e II, do CPC), ademais, não satisfeitos, ante o universo restrito de demandas similares, abarcando discussão jurídica de reduzida expressão quantitativa, sem potencial para desestabilizar a segurança jurídica própria das estruturas judiciais - Julgamento da apelação na Câmara de origem, por fim, obstativo da admissibilidade do incidente, por falta de pendência de julgamento de recurso (art. 978, parágrafo único, do CPC). INCIDENTE NÃO ADMITIDO.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10122	2059547-44.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETIVAS. Servidora pública estadual, com função-atividade de auxiliar de enfermagem no Instituto Emílio Ribas, hospital de doenças infectocontagiosas que, em virtude da sua readaptação para outras funções, mas no mesmo nosocômio, teve o adicional de insalubridade reduzido do grau máximo para o grau mínimo, que interpôs recurso de agravo de instrumento, pendente de julgamento pela 4ª Câmara de Direito Público, contra indeferimento de tutela provisória de evidência pelo restabelecimento do grau máximo do benefício. Processo em primeiro grau em fase de manifestação da autora sobre a contestação. Ocorre que a questão quanto ao grau de insalubridade diz respeito essencialmente a matéria de fato, ainda que relacionada ao trabalho em conhecido hospital público de tratamento de doenças infectocontagiosas, muitas delas sujeitas a medidas de isolamento dos pacientes, para evitar o contágio. Mas o incidente de resolução de demandas repetitivas não se presta a uniformização de entendimento sobre questão de fato, nem poderia porque balizada pelas provas que são produzidas em cada processo, mas, exclusivamente, sobre matéria de direito, como expressamente prescreve o disposto no artigo 976, I, do Código de Processo Civil, quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, requisito que deve ser satisfeito, simultaneamente, com o do inciso II, risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. A suscitante invoca o segundo requisito, como se bastasse, isoladamente, para a admissão do incidente. Voto por não admitir o incidente.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10123	2062656-66.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Pretensão de obtenção de decisão vinculante sobre a viabilidade do manejo de mandado de segurança contra ato de Superintendente da Concessionária de Águas do Município de Jahu, tocante à revogação de benefícios de redução de alíquota de tarifa de serviços de água e esgoto obtidos administrativamente. Não preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade para o regular processamento do incidente. Julgamento de apenas dois processos com teses antagônicas no Tribunal a respeito do tema que não configura efetiva repetição de processos .Não se verifica a existência de efetiva repetição de processos com potencialidade a gerar multiplicação expressiva de demandas e risco de coexistência de decisões conflitantes. Instauração prematura do incidente nesse aspecto. Interposição do incidente, de outro lado, depois do julgamento do recurso sobre o qual o requerente pretende efeito vinculativo. Exigência legal de pendência de recurso ou processo, cuja análise deve ocorrer em conjunto com a decisão do IRDR, não preenchida. Instauração tardia do incidente sob esse aspecto. Incidente que nessa circunstância não comporta juízo de admissibilidade positivo. Incidente não conhecido.</p>
10124	0020147-57.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Pedido - formulado por microempresa, em decorrência de ação de execução fiscal, que lhe é movida pelo Município de Votuporanga - Celeuma atinente ao cabimento da cobrança de ISS na ação de execução referida, em período em que o sócio da microempresa suscitante estava encarcerado, não tendo auferido renda - Alegação da suscitante de que decisão do Relator de recurso de Agravo de Instrumento foi proferida de forma contrária ao já decidido em outro processo entre as mesmas partes, que tramita perante a mesma Câmara desta Corte - Incidente que, malgrado tenha previsão dentro da competência genérica da Turma Especial da Seção de Direito Público do TJSP, não apresenta os requisitos referidos nos incisos do art. 976 do novo Código de Processo Civil - Inexistência de multiplicidade de processos sobre o mesmo tema - Não configurado o risco à segurança jurídica - Matéria, por fim, já decidida pela Câmara competente, em sede de recurso de Agravo de Instrumento - Incidente não admitido.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10126	2062037-39.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Divergência verificada no entendimento de diversas Câmaras desta Corte no que se refere à questão da aplicabilidade da tese da prescrição indireta do direito à rescisão contratual em razão da prescrição do direito à cobrança do crédito pela credora nos compromissos e contratos de compra e venda de imóvel - Requisitos referidos nos incisos do art. 976 do Código de Processo Civil não preenchidos - Inexistência de multiplicidade de processos sobre o mesmo tema - Não configurado o risco à isonomia, segurança jurídica e prestação jurisdicional em tempo razoável Hipótese, ademais, em que o presente incidente foi interposto com base na possibilidade de suposta análise, no futuro, de recurso de apelação da requerida e que sequer foi distribuído neste Tribunal, estando os autos, ainda, em primeira instância- Falta de interesse processual - Incidente não admitido.
10127	0021966-29.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Tema: concessão de tutela antecipada em ações de conhecimento para suspender a cobrança de TUST, TUSD e demais encargos da base de cálculo do ICMS incidentes sobre as contas de energia - Dissídio sobre tema cautelar, e não sobre o conteúdo material do direito alegado o debate de fundo - O pressuposto para concessão de liminar suspensiva no atual regramento do recurso de agravo reside, n'última análise, sem olvidar da aparência de verossimilhança, também na aferição da urgência e do risco, à parte agravante, de lesão grave e difícil reparação - Exegese dos artigos 1.015, inciso I, e 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil - Processamento negado - Incidente rejeitado.
10128	2074455-09.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas - Adicional de insalubridade aos auxiliares de desenvolvimento infantil - Ausência dos requisitos para admissão do incidente Matéria não é unicamente de direito - Lei Municipal que supriu lacuna legislativa existente Alteração legislativa não considerada ao formular o pedido na ação de conhecimento - Impossibilidade de se instaurar o incidente - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10130	2079340-66.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Juízo de admissibilidade. O IRDR atrai o julgamento do recurso, remessa necessária ou processo de competência originária a que se vincula - artigo 978, parágrafo único do CPC. Superveniente julgamento do processo de origem pela Colenda 18ª Câmara de Direito Público. Perda do objeto. Fato impeditivo à instauração do incidente, que enseja o não conhecimento. IRDR INADMITIDO.
10131	0023608-37.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Incabível	Cuida-se de pedido de instauração de IRDR pela MMª Desembargadora Silvia Meirelles Novaes de Andrade da 6ª Câmara de Direito Público deste E. Tribunal de Justiça, relativo à inclusão de horas extras na base de cálculo do adicional de periculosidade dos Guardas Municipais de Indaiatuba. Todavia, este tema já foi julgado por esta C. Turma Especial de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo no IRDR nº 2018337-13.2017.8.26.000, não tendo sido admitido. Diante do exposto, nego provimento a este processo.
10132	2081663-44.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	IRDR - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Juízo de admissibilidade. Ausência dos pressupostos do artigo 976 do Código de Processo Civil. Por outra, recurso mencionado no requerimento já julgado. Incidente descabido. Pronta inadmissibilidade que se impõe.
10133	2084143-92.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) Base de cálculo do ITBI e do ITCMD - Pretensão em estabelecer um único entendimento entre os pronunciamentos seguintes: valor venal do IPTU, valor de transmissão do bem, valor da venda à vista em condições normais de mercado - Hipótese de não admissão do incidente - Ausência de prova da inexistência de afetação de recurso junto a tribunal superior, bem como, inexistente ação originária ou recurso do requerente pendente de julgamento nesta Corte sobre o tema Precedentes da Egrégia Turma Especial - INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10134	2087602-05.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Tema: exclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e dos encargos setoriais da base de cálculo do ICMS cobrado mensalmente pelo consumo de energia elétrica - Processamento negado, tendo em vista o julgamento da ação principal em momento anterior ao ajuizamento do presente incidente Incidente não admitido.
10136	2088445-67.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Alegada divergência jurisprudencial quanto ao direito de preferência do condomínio ante o crédito tributário da municipalidade, por se tratar de despesas condominiais, que têm natureza propter rem - Manejo do incidente após julgado o recurso que lhe dá origem, julgamento que se deu por acórdão já transitado em julgado - Pretensão de instauração do incidente como sucedâneo de recurso, tanto que, nos autos do Agravo de Instrumento de que tirado, informou ao relator, após a publicação do acórdão que, "por não se conformar com a r. decisão, foi suscitado incidente de resolução de demandas repetitivas" - Descabimento do incidente, por tardio - Precedentes do Órgão Especial deste Tribunal - Indeferimento liminar do incidente.
10137	2089667-70.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Juízo de admissibilidade. Suscitante devolve à apreciação peculiaridades do caso concreto, já julgado em recurso. Descabimento. Incidente oportuno apenas para questões unicamente de direito. Ausência de pressuposto de admissibilidade do artigo 976, I do CPC. IRDR que atrai o julgamento do recurso a que se vincula, nos termos do artigo 978, parágrafo único do CPC. Agravo de Instrumento julgado pelo E. TJSP. Pretensão de reforma de acórdão desvirtua a natureza do incidente. Fato impeditivo à sua instauração, que enseja o não conhecimento. IRDR INADMITIDO.
10138	2090054-85.2017.8.26.0000	Turma Especial - Criminal	Inadmitido	"REJEITARAM O PROCESSAMENTO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. V.U."

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10140	0026601-53.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Atual lei processual civil que não contempla mais o Incidente de Uniformização de Jurisprudência Questão agora tratada no Código de Processo Civil como Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (art. 976 e seguintes do NCPC), o qual objetiva, também, a uniformização da jurisprudência no Tribunal Tendo o presente incidente sido instaurado quando já em vigor o NCPC, foi ele recebido e processado, pelo Presidente da Seção de Direito Privado, como Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Apreciação da presente ação como Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas." "INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE Discussão acerca dos requisitos para a caracterização da fraude à execução envolvendo bens imóveis O incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser suscitado antes do julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária de onde se originou o incidente, para que o órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica resolva, também, a lide principal Inteligência do art. 978, parágrafo único, do NCPC Ajuizamento do incidente após o julgamento do recurso que lhe deu origem xtemporaneidade do incidente reconhecida Incidente não conhecido."
10141	2096792-89.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Descabimento da instauração do incidente Recurso originário já julgado - O pedido de instauração do incidente somente é possível enquanto ainda não julgada definitivamente a demanda que o ensejou Inteligência do art. 978, parágrafo único, do NCPC.
10142	2098625-45.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Alegada divergência jurisprudencial quanto ao direito de preferência do condomínio ante o crédito tributário da municipalidade, por se tratar de despesas condominiais, que têm natureza propter rem - Repetição de incidente anteriormente suscitado (IRDR nº 2088445-67.2017.8.26.0000) - Descabimento de sua propositura em duplicidade Ademais, como decidido no anterior IRDR, extemporâneo o incidente, suscitado após o julgamento do recurso que lhe deu causa, nos termos da jurisprudência deste Órgão Especial - Indeferimento liminar do incidente

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10143	0027729-11.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) QUESTÃO DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 1.015 DO CPC/2015 - Discussão sobre a admissibilidade do recurso de agravo de instrumento à luz do rol do artigo 1.015 do CPC/2015 - Questionamento acerca da taxatividade do mencionado rol. AUSÊNCIA DE REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO IRDR O IRDR exige para o seu cabimento a presença cumulativa de: (a) efetiva repetição de processos e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, (b) a questão controversa ser unicamente de direito e (c) houver causa pendente no Tribunal. In casu, prejudicado o incidente perante a Turma Especial em razão do recurso de apelação que lhe deu causa já ter sido julgado pela C. 10ª Câmara de Direito Público, descabendo a admissão do IRDR. Pressuposto que decorre do p. único do art. 978 do NCPC, que fixa como premissa, primeiro, a solução da tese controversa, depois, o julgamento do recurso em conformidade àquela. Precedente desta Turma Especial. Instauração do incidente rejeitada por inadmissibilidade.
10144	2106049-41.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas - Prejudicado o presente incidente, ante o julgamento do recurso que lhe deu causa - Admissão do IRDR descabida Inteligência do artigo 978, parágrafo único do CPC - Incidente não admitido.
10155	2111458-95.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - ART. 978, PARÁGRAFO ÚNICO, DO NCPC - IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO INCIDENTE, ANTE A OCORRÊNCIA DE JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO SUBJACENTE A ESTE IRDR - REGRA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUE NÃO PERMITE A ANULAÇÃO OU A CASSAÇÃO DE TAL "DECISUM", TORNANDO PREJUDICADA A ANÁLISE DESTES PEDIDOS, EIS QUE SEU DESFECHO RESTARÁ INFRUTÍFERO - PRECEDENTES APRESENTADOS PELO REQUERENTE QUE, ADEMAIS, NÃO DEMONSTRAM A EXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL REPETITIVA ACERCA DA QUESTÃO COLOCADA EM DEBATE - INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10157	2116110-58.2017.8.26.0000	Grupo Especial Ambiental	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - PRESSUPOSTO PROCESSUAL - CONDIÇÃO DA AÇÃO - INEXISTÊNCIA - ARTS 976, I E II E 978, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. Ausente a condição da ação, posto não comprovada a existência de múltiplas ações em andamento e nas quais se constata controvérsia sobre tese jurídica, de rigor o indeferimento da petição inicial.
10158	2118980-76.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Incabível	DECISÃO MONOCRÁTICA: "No caso dos autos, todavia, com o julgamento pautado para a sessão do dia 04/08/2017 pela douta Turma Especial de Direito Público desta Corte, deu-se a coincidência de que, na ordem do dia, havia sido pautado sobre o mesmo tema também o Incidente de Resolução Demandas Repetitivas nº 2246948-26.2016.8.26.000, originariamente distribuído à relatoria do nobre Desembargador Antonio Carlos Malheiros, que o rejeitava. Vencido o relator sorteado, a Turma fez prevalecer o voto divergente de lavra da eminente Desembargadora Luciana Bresciani que instaurava o IRDR nos casos de TUST e TUSD".
10159	2124711-53.2017.8.26.0000	3ª Câmara de Direito Privado	Inadmitido	Incidente de Assunção de Competência - Requerimento formulado com fulcro no Artigo 947 do Código de Processo Civil - Alegada insegurança jurídica causada pela divergência jurisprudencial sobre a aplicação da Súmula n. 05 desta C. Corte de Justiça - Exame de admissibilidade - Ausência dos requisitos legais exigidos para o processamento do incidente - Matéria objeto de múltiplos recursos com entendimento consolidado pela edição da súmula referida - Não demonstrada pela requerente a alegada divergência jurisprudencial sobre o tema nesta C. Corte de Justiça - Incidente que não pode ser utilizado para resolução do caso pontual da requerente, que está pendente de apreciação em sede de agravo de instrumento - Incidente não admitido - Não se conhece do incidente.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10161	2126392-58.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Incabível	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Proposição com escopo de uniformizar jurisprudência acerca de diversos temas referentes à conversão em URV (Lei nº 8.880/94), no fim maior de se estabelecer a necessidade de observar o entendimento do E. STF (RE 561.836-RN) - Pressupostos de admissibilidade do IRDR não satisfeitos - Tese com repercussão geral já fixada pelo STF (RE nº 561.836, j. 18/12/2015, rel. Min. Luiz Fux), que não depende de IRDR para reforço de comando e que, a rigor, inibe o instrumento (art. 976, § 4º, do CPC) - Diversidade de temas propostos, no entorno da matéria, ademais, que envolvem questões de fato, afastando-se da centralidade em "questão unicamente de direito" (art. 976, caput, do CPC). INCIDENTE NÃO ADMITIDO.
10162	2127009-18.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Incabível	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Questionamento quanto à possibilidade de a Municipalidade não adiantar o recolhimento das custas postais. Existência de recurso pendente, mas de recurso afetado ao STJ e julgado nos idos de 2014. Inteligência do artigo 978, parágrafo 4º, do CPC. Incidente não conhecido.
10163	2128882-53.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE. INEXISTÊNCIA DE PROCESSO PENDENTE NESTE TRIBUNAL. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. INADMISSIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE. 1. O processo principal já fora julgado pela 26ª Câmara de Direito Privado, acórdão de relatoria do e. desembargador Vianna Cotrim, ocorrendo, portanto, o exaurimento da jurisdição nesta instância julgadora. 2. O próprio contrato, objeto da lide, prevê cláusulas subjetivas que reclamam de análise casuística, tal como a expressão "excelência" no desempenho escolar. 3. Assim, não se vislumbra hipótese de instauração do incidente, seja pela ausência de processo pendente neste Tribunal, seja pela ausência de discussão de questão idêntica nos acórdãos confrontados pelo suscitante. 4. Inadmissibilidade do incidente.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10164	2131947-56.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	<p>*INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Ação de Indenização Securitária julgada improcedente pelo r. Juízo de origem. Posterior confirmação da sentença em sede de Apelação julgada pela 27ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal no dia 22 de novembro de 2016. Alegação de controvérsia sobre a mesma questão de direito. EXAME DE ADMISSIBILIDADE. Indicação de um único caso (Processo nº 0014849-86.2013.8.26.0562) ilustrativo da cogitada controvérsia sobre a mesma questão de direito. Processo principal e processo indicado para justificar a suposta controvérsia já julgados. Não preenchimento dos pressupostos de admissibilidade do IRDR, "ex vi" do artigo 978, parágrafo único, do CPC de 2015 e do Enunciado nº 344 do Fórum Permanente de Processualistas Civis. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.*</p>
10165	2133700-48.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETIVAS. Concurso público para Guarda Municipal de Piracicaba. Candidato reprovado na avaliação psicológica. Segurança denegada em primeiro grau, com apelação distribuída ao eminente Desembargador Antônio Celso Faria, da 8ª Câmara de Direito Público. Mesma situação de outros candidatos, que ingressaram com ações semelhantes, todas julgadas improcedentes em primeiro grau, algumas acolhidas em grau de recurso e outras não. Todavia, não se trata de estabelecer quais os requisitos de validade dos testes psicológicos nos concursos públicos, mas se esses requisitos estão presentes ou não nesse concurso público específico. Os julgamentos envolverão juízo de valor sobre questão de fato, analisando até que ponto as regras do edital conferem ao exame psicológico objetividade capaz de neutralizar subjetivismos dos avaliadores e assegurar tratamento isonômico de todos os candidatos. Não envolve controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, como exige o disposto no artigo 976, I, do Código de Processo Civil atual. Não obstante, já foi julgada a apelação que ensejou o incidente, em 14 de setembro de 2017. Voto por não admitir o incidente.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10166	0036350-94.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Servidores públicos estaduais - Pagamento de férias não fruídas, acrescidas do terço constitucional - Pretensão de instauração do incidente visando à uniformização do entendimento acerca do rol previsto no art. 1.015, se é ou não taxativo, para fins de cabimento do recurso de agravo de instrumento ou se é possível a interposição em casos que se discute o valor da causa - Jurisdição encerrada com o julgamento do agravo de instrumento (Alnº 2181608-19.2016.8.26.0000) - Inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente inadmitido
10168	0036686-98.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Tema: inclusão na base de cálculo do ICMS das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) presentes nas contas de energia - Processamento negado, tendo em vista o julgamento da ação principal em momento anterior ao ajuizamento do presente incidente - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10169	2141541-94.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. JULGAMENTO DE APELAÇÃO QUE CONCLUIU TER O CONSUMIDOR CONTRATADO CONSCIENTEMENTE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E NÃO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE QUE MUITOS CONSUMIDORES TÊM SIDO LEVADOS A ENGANO POR PENSAREM ESTAR CONTRATANDO 'EMPRÉSTIMO CONSIGNADO' COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO OU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E NA VERDADE ACABAM CONTRATANDO 'CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO', COM JUROS E ENCARGOS MAIORES COM A CONSEQUÊNCIA DE TER SUA MARGEM CONSIGNÁVEL INDISPONIBILIZADA EM RAZÃO DISSO. SUSCITANTE QUE ELEGE JULGADO DE APELAÇÃO QUE ENTENDEU INEXISTIR VÍCIO OU EQUÍVOCO NA CONTRATAÇÃO DESSA MODALIDADE BANCÁRIA E QUE, AO VER DA SUSCITANTE, ESTARIA EM CONFRONTO COM OUTROS NUMEROSOS JULGADOS QUE RECONHECEM A INDUÇÃO A ERRO E, PORTANTO, O VÍCIO NA FORMAÇÃO DO CONSENTIMENTO. SUSCITANTE PROPÕE QUE 'NA CONTRATAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, A OMISSÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES QUE LEVA A ERRO O CONSUMIDOR, O QUAL ADERE À CONTRATAÇÃO CRENDENDO PIAMENTE QUE SE TRATA DE CRÉDITO CONSIGNADO PROPRIAMENTE DITO, EM EVIDENTE VÍCIO DE CONSENTIMENTO (ESTADO DE LESÃO), FATO QUE ALÉM DE POSSIBILITAR A COBRANÇA DE JUROS AO DOBRO DA MODALIDADE COMUM DE EMPRÉSTIMO, AMARRA O CONSUMIDOR A UMA DÍVIDA IMPAGÁVEL, DESFECHO QUE RECLAMA A DEVIDA RESPONSABILIZAÇÃO PELOS DANOS MATERIAIS E MORAIS DIANTE DE UMA IRREFUTÁVEL PRÁTICA ABUSIVA NA RELAÇÃO DE CONSUMO. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS AUTORIZADORES DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NA ESPÉCIE. DECISÃO PELA INADMISSIBILIDADE QUE NÃO AFASTA A PREOCUPAÇÃO SOCIAL DIANTE DA REPETIÇÃO DE CASOS COM O MESMO OBJETO BATENDO ÀS PORTAS DO TRIBUNAL.</p> <p>RECURSO INADMITIDO.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10170	2144465-78.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Juízode admissibilidade - Não cumprimento dos requisitos previstos pelo Código de Processo Civil nos artigos 976 e seguintes - Inexistência de processo pendente de julgamento em grau de recurso, remessa necessária ou de processo de competência originária do qual o incidente se originou - Agravode instrumento nº 2001471-27.2017.8.26.0000 já julgado - Jurisdição encerrada - Incidente inadmitido.
10172	2146366-81.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Divergência acerca da existência de contrato verbal de transporte por prazo indeterminado - Matéria de fato e de direito Multiplicidade de processos sobre o mesmo tema - Inocorrência - Pleiteada indenização pela pintura do logotipo da requerente na carroceria docaminhão da requerida - Ausência de decisões conflitantes - Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica não demonstrado Requisitos previstos no artigo 976 do Código de Processo Civil não preenchidos - Incidente não admitido.
10173	2147431-14.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Luiz Carlos Martins propõe a instauraçãode IRDR para uniformização jurisprudencial em relação a base de calculo dos adicionais por tempo de serviço, para que sejam nele incluídos o "Premio Incentivo" e o "Critério de Assiduidade" - IRDR que foi proposto quando o recurso já havia sido julgado pela E. 11ª Câmara de Direito Público, e já interpostos os Recursos Extraordinário e Especial - Não preenchidos os todos os requisitos de admissibilidade -Caso de não admissão do incidente - Precedentes - Incidente não admitido.
10174	0040050-78.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Incabível	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Taxa de combate a sinistro - Município de Taquaritinga - Pretensão em estabelecera tese de que aludida taxa é inconstitucional - Hipótesede não admissão do incidente - Ausência de recurso do requerente pendente de julgamento nesta Corte sobre a alegada inconstitucionalidade - Precedentes da Egrégia Turma Especial desta Corte - Ademais, a tese defendidapelo requerente foi estabelecida pelo c. STF, em regimede Repercussão Geral, Tema 16, no RE 643247/SP, J. 24.5.2017 - INCIDENTE NÃO ADMITIDO

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10175	2156897-32.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas IRDR. São Paulo. Divergência acerca da possibilidade de cobrança de porte de remessa e retorno quando se tratar de processo eletrônico acompanhado de mídia digital, além da aplicação da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil, à matéria. Requisito de admissibilidade não preenchido, ante a ausência de recurso pendente de julgamento. Inteligência do artigo 978, parágrafo único, do CPC. Precedentes deste C. Órgão Especial. Incidente não conhecido.
10176	2158481-37.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Divergência acerca da interpretação do artigo 1.015 doCPC/2015 - Questão atinente à competência - Suscitante já teve o seu recurso julgado pela Colenda 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial deste Eg. Tribunal de Justiça - Inteligência do parágrafo único do artigo 978, do Novo Código de Processo Civil - "A instauração do incidente pressupõe a existência de Processo pendente no respectivo tribunal" (Enunciado nº 344 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis) - Ausência de requisito de admissibilidade - Precedentes deste Colendo Órgão Especial. Não se conhece do incidente.
10177	2166669-19.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Agravo de instrumento. Taxatividade do rol artigo 1.015, do CPC. Cabimento ou não do recurso em comento contra decisão que concede ou denega o diferimento do recolhimento de custas. Suscitação de IRDR para unificação de entendimento quanto à interpretação da norma. Recurso que deu ensejo à suscitação do IRDR transitou em julgado em data anterior à interposição do presente incidente. Ademais, o requerente não logrou demonstrar a efetiva repetição de processos sobre o tema. Ausência de requisitos de admissibilidade. Incidente não conhecido.
10178	0042180-41.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas- Descabimento da instauração do incidente Recurso de apelação já julgado - O pedido de instauração do incidente somente é possível enquanto ainda não julgado o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente Inteligência do art. 978, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10182	2175993-33.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS APONTADA DIVERGÊNCIA ACERCA DA INTERPRETAÇÃO DO §3º DO ARTIGO 1.018 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL QUESTÃO ATINENTE AO CONHECIMENTO DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA HIPÓTESE DE DEMONSTRAÇÃO, PELO AGRAVADO, DO DESCUMPRIMENTO DA REGRA PREVISTA NO §2º DO MESMO DISPOSITIVO PELO AGRAVANTE RECLAMO EM QUE SE ORIGINA O PRESENTE INCIDENTE QUE, PORÉM, JÁ FOI JULGADO CIRCUNSTÂNCIA QUE TORNA INVIÁVEL O EXAME DO INTERESSANTE, AUSENTE CAUSA OU RECURSO PENDENTE INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 978, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
10183	2177361-77.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	IRDR - Proposta de instauração - Questão de direito envolvendo matéria processual referente a competência - Repetição de processos que se mostrou sazonal e voltada a uma situação específica - Falência de construtora e incorporadora e das respectivas SPes - Multiplicidade de vendas das mesmas unidades - Propositura de diversas demandas pelos adquirentes/credores - Conveniência da reunião de processos - Créditos listados no quadro de credores da massa falida - Competência firmada pelo juízo falimentar, que está dando tratamento direcionado para cada empreendimento, reunindo os interessados por empreendimento - Necessidade de garantir o tratamento isonômico e a segurança jurídica - Requisitos do IRDR não configurados - Jurisprudência pacificada, com pontuais e esporádicas dissonâncias - Proposta de edição de enunciado, como meio de orientar os futuros julgamentos - Aplicação do disposto no art. 3º e 76, da LFRE, c.c. os arts. 45, I, e 55, § 3º, do CPC, e com o art. 5º, XXXI, da CF - IRDR inadmitido, com edição de enunciado

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10184	2177524-57.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Pedido formulado por partes parcialmente vencidas em recurso de apelação Causa piloto pendente de recurso Pretensão, todavia, de análise de matérias fáticas e não de direito Conjunto de ações exclusivas direcionadas contra as requerentes que, por si só, não justificam a busca da uniformidade Exigências constantes do artigo 976 e incisos, do Código de Processo Civil, não observadas Utilização do instituto em tentativa de cercear direito ao questionamento sobre créditos exigidos e ora questionados pelos pagantes diante ausência, inclusive, de previsão contratual considerado o programa governamental de moradias populares Precipitação na apresentação da pretensão Ausência de pressuposto de admissibilidade do incidente REJEIÇÃO LIMINAR.
10185	2178592-42.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Autarquia que pretende a uniformização do entendimento em relação ao pagamento do abono salarial instituído pela Lei Complementar Municipal nº 656/2013 aos inativos e pensionistas sem direito à paridade Jurisdição encerrada com o julgamento da Apelação/Reexame Necessário nº 0000301-41.2015.8.26.0318 Precedentes - Inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente inadmitido
10186	2180999-21.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - Proposição com escopo de uniformizar jurisprudência acerca do tema referente à base de cálculo do adicional por tempo de serviço (quinqüênio) de servidor público estadual, destinado a saber se deve, ou não, ser calculado sobre os vencimentos integrais, nos termos do artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo - Aptidão da petição de instauração do incidente Pressupostos de admissibilidade - Assunção de Competência (As. Comp. na Ap. nº 0087273-47.2005) julgada no regime do CPC-73, sobre a mesma matéria, mas sem força vinculante, que também carece de força para inibir o IRDR apresentado no regime no novo CPC, em que se busca tese com efeito vinculante (art. 985 do atual CPC) - Julgamento da apelação na Câmara de origem, que obsta a admissibilidade do incidente, por falta de recurso pendente de julgamento (art. 978, parágrafo único, do atual CPC). INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10187	2183961-17.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Incabível	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Mandado de Segurança. Aposentadoria Especial de Magistério. Professora de Educação Básica em outro município, em 01-08-1992, Diretora de Escola em outro município, de 1997 a 14-05-2002. Diretora de Escola e Supervisora de Ensino, de 2002 a 2008, da rede estadual de ensino, mediante concurso público. Supervisora de Ensino, concursada, desde 11-01-2008. Segurança concedida, pendente recurso de apelação, distribuído, em 15 de janeiro de 2018, ao eminente Desembargador Antônio Tadeu Ottoni, da 13ª Câmara de Direito Público, sem registro de movimentação desde então. Precedentes das 4ª, 5ª, 6ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª admitindo contagem para efeito de aposentadoria especial a professores exercendo função de direção, coordenação e assessoramento pedagógico. Precedentes das 1ª, 10ª e 13ª admitindo também para quem não tem cargo de professor. Todos, no entanto, anteriores à definição, pelo Supremo Tribunal Federal, RE1039644 RG/SC, julgado em 13 de outubro de 2017, relator o Ministro Alexandre de Moraes, da seguinte tese: "Para a concessão da aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 5º, da Constituição, conta-se o tempo de efetivo exercício, pelo professor, da docência e das atividades de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico, desde que em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental e médio". A esse julgamento do Supremo Tribunal Federal é conferido efeito vinculante, pelo artigo 927, III, do Código de Processo Civil, cabendo eventual reclamação àquela Corte em caso de julgamentos discrepantes. Não tem cabimento que esta Corte, com objetivo de uniformização da sua jurisprudência, estabeleça balizamentos, com efeito vinculante, quanto ao alcance da orientação fixada pelo Supremo Tribunal Federal, pois à Corte inferior não deve caber restringir ou ampliar, com risco até de subverter, em caráter vinculante, a orientação da Corte superior. Tal o motivo porque não se admite o incidente, conforme o disposto no artigo 976, § 4º, do Código de Processo Civil, quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva. Portanto, com mais razão, se essa tese já foi definida, como é o caso. Por esses motivos, proponho à Colenda Turma Especial não admitir o incidente.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10188	2184669-67.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS CUJO PEDIDO É "A PACIFICAÇÃO E UNIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO QUE CONCERNE À ILEGITIMIDADE DA CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO RMC PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS, EM CLARA BURLA AOS ARTIGOS 51 E 52 DA LEI 8.078/1.990, ARTIGO 166 DO CÓDIGO CIVIL VIGENTE, ARTIGO 16, § 3º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES 28/2008, ENTRE OUTROS, BEM COMO PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 976 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL VIGENTE". JULGAMENTO CONJUNTO COM O IRDR Nº 2141541-94.2017.8.26.0000. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE. A APLICAÇÃO DO FERRAMENTAL JURÍDICO PERFEITAMENTE DISPONÍVEL NO ORDENAMENTO PRESSUPÕE A ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DE CADA CASO CONCRETO PARA VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE VÍCIO NA CONTRATAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS. RECURSO INADMITIDO.
10190	2195391-63.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas IRDR. São Paulo. Divergência acerca da possibilidade de cobrança de porte de remessa e retorno quando se tratar de processo eletrônico acompanhado de mídia digital, além da aplicação da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o novo Código de Processo Civil, à matéria. Requisito de admissibilidade não preenchido, ante a ausência de recurso pendente de julgamento. Inteligência do artigo 978, parágrafo único, do CPC. Precedentes deste C. Órgão Especial. Incidente não conhecido.
10191	2199824-13.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Ausência dos requisitos do artigo 976 do Código de Processo Civil - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10192	2202033-52.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR). Plano da admissibilidade. O tema objeto de discussão: aplicação do prazo prescricional anual ou decenal à propositura da ação pelo terceiro beneficiário (seguradomutuário) em desfavor da seguradora. Requisitos descritos no artigo 976 do Código de Processo Civil não restaram preenchidos. Não sobressai, no presente caso, divergência expressiva apta a caracterizar risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica e a autorizar harmonização mediante o presente instrumento processual. Decisão pela inadmissibilidade do incidente. Incidente não admitido.
10193	2202343-58.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Pendente	
10194	2204974-72.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Pretensão de unificação da jurisprudência no que tange à aplicação de prazos prescricionais para ações que discutem reparação civil. Apelação julgada. - O incidente de resolução de demanda das repetitivas deve ser suscitado antes do julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária de onde se originou o incidente, para que o órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica resolva também a lide principal. Inteligência do art. 978 e parágrafo único do CPC. O julgamento da apelação impede o processamento do incidente. - Incidente não conhecido.
10195	2210470-82.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	"INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Incidente instaurado após o julgamento do recurso paradigma -Inadmissibilidade - IRDR que não se apresenta como substituto de recursos - Incidente não conhecido."

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10197	2217622-84.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Requerente que sustenta existir divergência de entendimentos entre Câmaras integrantes da Seção de Direito Público deste E. Tribunal de Justiça quanto à existência ou não de dano moral por inscrição indevida de débito fiscal em dívida ativa, indevido ajuizamento de execução fiscal em relação a dívida já paga, bem como ao reconhecimento de necessidade de ressarcimento dos honorários advocatícios contratuais pagos para defesa dos direitos do executado, devendo ser o reembolso mediante a apresentação de contrato de honorários advocatícios. Não preenchimento do requisito da pendência de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária do Tribunal, em relação à causa principal que originar o incidente (art. 978, parágrafo único). No caso concreto, o recurso de apelação em que discutida a matéria que aqui se pretende firmar tese, já havia sido analisado pela Colenda 4ª. Câmara de Direito Público por v. acórdão, anteriormente ao ajuizamento do presente IRDR, estando apenas pendente a análise de embargos de declaração contra o v. acórdão lá proferido.
10198	2220771-88.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - Controvérsia sobre a base de cálculo do preparo de apelação nos feitos em que, a par da ação principal, é oferecida reconvenção. Alegação de divergência no âmbito deste Eg. Tribunal. Incidente visando uniformizar a matéria. Inadmissibilidade. Não observados os requisitos para instauração de IRDR (art. 976, I e II do CPC). Ausência de efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão de direito, ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Inviável a admissão do incidente. Incidente não admitido.
10199	2221004-85.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	DECISÃO MONOCRÁTICA: "...desistência do pleito pela requerente".

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10201	2225307-45.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Ausência de controvérsia sobre a mesma questão de direito Decisão impugnada que se encontra em conformidade com o entendimento do STJ e deste E. Tribunal Ademais, ausência de recurso pendente de julgamento Incidente que não pode servir como sucedâneo recursal - Desatendimento do requisito previsto no art. 978, parágrafo único, do CPC Incidente não admitido.
10202	2226206-43.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Fase de admissibilidade. Divergência acerca da interpretação do artigo 1485 do Código Civil (perempção da garantia hipotecária) e artigo 64 da Lei nº 8.934/94 (certidão de atos de constituição societária como documento hábil para transferência por transcrição no registro público). Recurso afeto ao presente incidente já julgado pela Colenda 23ª Câmara. Inexistência de demonstração de dissidências nas decisões da Corte sobre o tema. Ausência de requisito de admissibilidade. Incidente não conhecido.
10203	0056153-63.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Pendente	
10204	2237404-77.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Pretensão de instauração do incidente após o julgamento do recurso de apelação no processo de origem, com pedido de reforma do acórdão já prolatado. Descabimento. Inteligência do art. 978 do CPC. Incidente não conhecido
10205	2238631-05.2017.8.26.0000	Grupo Reservado de Direito Empresarial	Inadmitido	DECISÃO MONOCRÁTICA: "...porque a ação de origem já fora julgada por este Tribunal, estando pendente de apreciação a admissibilidade do recurso especial interposto pela requerente"
10207	0057997-48.2017.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Controvérsia das Câmaras de Direito Público em relação a servidor público municipal de Itanhaém - Pretensão de recebimento do Adicional de Referência previsto no artigo 69 da Lei Orgânica do Município - Não cumprido preenchido os requisitos de admissibilidade - Divergência local e ausência de recurso pendente de julgamento nesta Corte. Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10209	2247301-32.2017.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Divergência acerca da possibilidade sobre a impossibilidade de o juiz retratar-se de ofício quanto à produção de provas anteriormente deferida. Suscitante não preencheu os requisitos cumulativos de admissibilidade previstos no artigo 976 do Código de Processo Civil. Não se demonstrou nos autos a existência de múltiplos julgados dispares em atenção ao tema ora proposto, bem como a questão aqui versada não é unicamente de direito. Julgados em sentido contrário dos Tribunais Superiores. Incidente não conhecido.
10210	2249004-95.2017.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Pendente	
10211	2001416-42.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	DECISÃO MONOCRÁTICA: "...deixo consignado que este incidente de resolução de demanda repetitiva não pode ser processado por ser mera reprodução de outro, idêntico..."
10212	2003450-87.2018.8.26.000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Pretensão de obter decisão vinculante sobre a natureza e forma de interpretação do rol do art. 1.015 do CPC, especificamente acerca do tema da competência - Não preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade - Ausência de clara demonstração de efetiva repetição de processos com controvérsias sobre a mesma questão capaz de gerar insegurança jurídica - Presença de pontuais decisões em sentido contrário aos interesses da requerente que se encontram dentro da normalidade da formação de jurisprudência, principalmente considerando a vigência relativamente recente do Código de Processo Civil - Incidente não conhecido.
10213	2008279-14.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Controvérsia sobre a possibilidade de ajuizamento de reclamação contra decisão judicial provisória e como sucedâneo recursal, diante da não interposição do recurso próprio em tempo oportuno - Inocorrência - Não observados os requisitos para instauração de IRDR (art. 976, I e II do CPC) - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10214	2009084-64.2018.8.26.0000	Turma Privado 1	Inadmitido	EMENTA - INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Incidente ajuizado após o julgamento do recurso que lhe deu origem - Desatendimento do requisito previsto no art. 978, parágrafo único, do CPC - Incidente que não pode servir como sucedâneo recursa - Precedentes - Incidente não admitido.
10216	2014424-86.2018.8.26.0000	Grupo Reservado de Direito Empresarial	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas.Tema relativo à concursalidade, ou não, de créditos garantidos por cessão fiduciária de recebíveis ou alienação fiduciária de bens fungíveis. Juízo de admissibilidade. Requisitos ausentes. Falta de propósito voltado a assentar a uniformidade de entendimento sobre matéria de legislação ordinária. Ausência, ainda, de resultado eficaz que preserve o fim último e prioritário do incidente. Circunstâncias de fato que reforçam a conclusão. Rejeição da instauração.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10217	2018177-51.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. FASE DE ADMISSIBILIDADE. Requerente que sustenta existir divergência de entendimentos entre Câmaras integrantes da Seção de Direito Público deste E. Tribunal de Justiça quanto à existência ou não de dano moral por inscrição indevida de débito fiscal em dívida ativa, indevido ajuizamento de execução fiscal em relação a dívida já paga, bem como ao reconhecimento de necessidade de ressarcimento dos honorários advocatícios contratuais pagos para defesa dos direitos do executado, devendo ser o reembolso mediante a apresentação de contrato de honorários advocatícios. O requerente ajuizou Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, sob nº 2217662-84.2017.8.26.0000, o qual foi inadmitido por esta Relatora, por considerar que não foi atendido requisito previsto no artigo 978, parágrafo único, doCPC/15. Não há, no caso em tela, o preenchimento do requisito dependência de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária do Tribunal, em relação à causa principal que originar o incidente (art. 978, parágrafo único). Inconformado, o requerente ajuizou novo IRDR, com base no que dispõe o artigo 976, § 3º, sustentando que o artigo 978 trata de matéria de competência e prevenção, não podendo ser interpretado como requisito de admissibilidade do IRDR. No caso concreto, o recurso de apelação em que discutida a matéria que aqui se pretende firmar tese, já havia sido analisado pela Colenda 4ª. Câmara de Direito Público por v. acórdão, anteriormente ao ajuizamento de ambos os IRDRs suscitados pelo requerente, motivo pelo qual a insistência no pedido chega a beirar a má fé processual, pois o requerente ajuizou dois incidentes com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir, o que representa, apenas, mero inconformismo com o insucesso no primeiro IRDR suscitado.</p> <p>INCIDENTE NÃO ADMITIDO</p>
10218	2019099-92.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Juízo de admissibilidade. Não preenchimento do pressuposto de existência de processo pendente no respectivo tribunal, que originou o incidente. Admissibilidade verificada em momento posterior ao julgamento, pela Colenda 15ª Câmara de Direito Público, do recurso originário. Exegese dos artigos 976 a 978 do Novo Código de Processo Civil. Incidente INADMITIDO.</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10219	2023123-66.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Descabimento da instauração do incidente - Agravo de Instrumento já julgado - O pedido de instauração do incidente somente é possível enquanto ainda não julgado o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente- Inteligência do art. 978, parágrafo único, do Código de Processo Civil - IRDR não admitido
10220	2024681-73.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE Alegação de controvérsia sobre a possibilidade de aplicação do art. 1007 do CPC, referente ao recolhimento de porte de remessa e de retorno - Incidente que pretende uniformizar a matéria Impossibilidade de admissão do incidente, porquanto não observados os requisitos previstos no art. 976 do CPC Inexistência de efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão de direito, não observado, igualmente, risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Incidente não admitido.
10222	2033490-52.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Discussão acerca da concessão de justiça gratuita à pessoa jurídica - Análise de matéria fática, incompatível com o presente incidente - Inexistência de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Requisitos previstos no artigo 976 do Código de Processo Civil não preenchidos - Incidente não admitido.
10223	2035161-13.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Juízo de admissibilidade. Inexistência de recurso, remessa necessária ou de processo de competência originária pendente de julgamento nesta Corte. Pretensão dos suscitantes voltada à uniformização de entendimento sobre questão de fato e não de direito. Ausência dos pressupostos de admissibilidade a que aludem os artigos 976, I, e 978, parágrafo único, do CPC. Incidente inadmissível. IRDR não conhecido. Dispositivo: não conheceram do incidente.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10224	2038304-10.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE CONTROVÉRSIA SOBRE A BASE DE CÁLCULO DO PREPARO DE APELAÇÃO QUANDO HÁ SENTENÇA CONDENATÓRIA E O RECURSO LIMITA-SE AO PLEITO DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA EFETIVA REPETIÇÃO DE PROCESSOS CONTENDO A MESMA CONTROVÉRSIA REQUISITO NÃO PREENCHIDO A EXISTÊNCIA DE ALGUNS JULGADOS DESTA CORTE, AINDA QUE COM ENTENDIMENTOS ANTAGÔNICOS, NÃO É SUFICIENTE A CARACTERIZAÇÃO DE MULTIPLICIDADE DE PROCESSOS QUE ENSEJA A UNIFORMIZAÇÃO QUE O INCIDENTE VISA PROPORCIONAR LEGITIMIDADE, ADEMAIS, PARA O REQUERIMENTO DO INCIDENTE CONFERIDA, DENTRE OUTROS, ÀS PARTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 977, II, DO CPC ROL TAXATIVO QUE NÃO ABRANGE A ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS MILITANTES NA CAUSA - INCIDENTE INADMITIDO.
10225	2040744-76.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	IRDR - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Juízo de admissibilidade. Recurso mencionado no requerimento já julgado. Incidente descabido. Artigo 978, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Pronta inadmissibilidade que se impõe.
10226	2041660-13.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Ação de Obrigação de Fazer c.c. Indenização por Danos Morais. Relação contratual que envolve Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, Contrato de Garantia de Pagamento das Prestações do FIES e Contrato de Financiamento Estudantil do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sentença de Improcedência, arcando a autora com as custas e despesas processuais, arbitrada a honorária em 10% do valor atualizado da causa, observada a "gratuidade". INSTAURAÇÃO DO IRDR a pretexto de controvérsia sobre questão unicamente de direito. EXAME DE ADMISSIBILIDADE. Matéria objeto de discussão nos autos que demanda o exame de questão fática envolvendo o cumprimento ou não dos deveres contratuais por parte do aluno e da Instituição de Ensino. Impossibilidade de utilização do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas para a uniformização da Jurisprudência no caso concreto, "ex vi" do artigo 976 do CPC de 2015. Pressupostos de admissibilidade não preenchidos. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10227	2042957-55.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Pedido de Uniformização de Jurisprudência relativa aos requisitos para o cálculo de multa fiscal nas certidões de Dívida Ativa - Requisitos previstos no art. 976 do CPC não preenchidos Incidente não conhecido.
10228	0009857-46.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas - Inadequação da via eleita - Impossibilidade do manejo de IRDR como sucedâneo recursal - Ação ajuizada pela ora suscitante julgada pela C. 8ª Câmara de Direito Público - Incidente não admitido.
10229	2049654-92.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Fase de admissibilidade. Divergência de entendimentos em relação à validade jurídica de documentos trazidos por instituições financeiras para comprovação da contratação de operações por seus correntistas. Recurso paradigma já julgado pela Colenda 24ª Câmara de Direito Privado. Ausência de requisito de admissibilidade. Incidente não conhecido. "A pendência de causa no tribunal (recurso, remessa necessária ou processo de competência originária) é pressuposto de instauração de julgamento do IRDR"
10230	0010768-58.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - DIVERGÊNCIA SOBRE A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS DA FAZENDA PÚBLICA PARA CONHECER DE CAUSAS EM QUE FIGURE COMO PARTE INCAPAZ - Compete ao Órgão Especial conhecer os incidentes de resolução de demandas repetitivas referentes à matéria de sua competência ou à matéria de competência não exclusiva de uma das Turmas Especiais de suas Seções - Art. 13, alínea "m" do RITJSP - Requisito de admissibilidade não preenchido - Inexistência de recurso pendente Art. 978, parágrafo único, do CPC Precedentes deste C. Órgão Especial. Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10231	2051881-55.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas Pretendida uniformização de jurisprudência deste Tribunal de Justiça sobre a possibilidade de aquisição de bem imóvel, por meio de usucapião, de propriedade pertencente à sociedade de economia mista Recurso de apelação da qual originado o incidente que já foi julgado Inteligência do parágrafo único do art. 978 do Código de Processo Civil Incidente não conhecido.
10232	2052069-48.2018.8.26.0000	Grupo Reservado de Direito Empresarial	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas - Apontada divergência acerca de questão de direito envolvendo o ingresso de médico em cooperativa, bem como aos efeitos da sistemática jurídica instaurada - Recurso em que se origina o presente incidente que, porém, já foi julgado - circunstância que torna inviável o exame do incidente, ausente causa ou recurso pendente - Inteligência do artigo 978, parágrafo único, do CPC de 2015 - Inadequação ritual - Carência de ação - Extinção decretada.
10234	2053496-80.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Pendente	
10235	2057216-55.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Discussão judicial de débito fiscal objeto de acordo de parcelamento - Descabimento da instauração do incidente - Recurso originário já julgado por esta Corte - O pedido de instauração do incidente somente é possível enquanto ainda não julgada definitivamente a demanda que o ensejou - Inteligência do art. 978, parágrafo único do NCPC - Incidente não admitido.
10236	2057345-60.2018.8.26.0000	Grupo Especial de Direito Empresarial	Inadmitido	DECISÃO MONOCRÁTICA: "Pelos fundamentos expostos, o presente IRDR não é conhecido por não preencher os pressupostos de admissibilidade correspondentes (interesse e adequação), ante o reconhecimento da inépcia da inicial".
10237	2057550-89.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas - Inadequação da via eleita - Impossibilidade do manejo de IRDR como sucedâneo recursal - Ação ajuizada pela ora suscitante julgada pela C. 6ª Câmara de Direito Público - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10238	2057784-71.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Pedido formulado em fase de liquidação de sentença e apuração de crédito - Vínculo direito ao resultado definitivo de ação civil pública apresentada pelo Ministério Público - Ainda assim, pretensão de análise de matérias fáticas e não de direito - Milhares de incidentes, portanto, vinculados - Exclusividade de Câmara e Julgadores a afastar possibilidade de divergências e conflitos mesmo nessa fase de execução do julgado - Exigências constantes do artigo 976 e incisos, do Código de Processo Civil, não observadas - Utilização do instituto em tentativa de renovar questionamentos já solucionados e com trânsito em julgado - Ausência de pressuposto de admissibilidade do incidente - REJEIÇÃO LIMINAR.
10239	2060795-11.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS DISCUSSÃO ACERCA DA APLICABILIDADE OU NÃO DO ARTIGO 219 DO CPC/2015 AOS PROCESSOS EM TRÂMITE NOS JUIZADOS ESPECIAIS E COLÉGIOS RECURSAIS DO ESTADO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE Imprescindibilidade de pendência de recurso para adequada aplicação das regras pertinentes ao IRDR, consoante inteligência do art. 978, parágrafo único, do CPC/2015 não preenchimento, na hipótese, de todos os requisitos de admissibilidade imprescindíveis ao regular processamento do incidente, notadamente porque este foi distribuído no momento em que o processo de origem e o recurso inominado já tinham sido julgados, de modo que carece o autor do interesse de agir (adequação) necessário ao regular exercício do direito de ação. Incidente não admitido.
10240	2061535-66.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Proposição com escopo de uniformizar jurisprudência acerca do tema referente à antecipação de tutela em ação de rescisão de contrato de parceria agrícola cumulada com reintegração de posse. Julgamento do agravo de instrumento na Câmara de Origem. Art. 978, parágrafo único, do CPC/2015, que estabelece que o recurso que dá origem ao incidente deve ser julgado em conjunto com a decisão do IRDR. Incidente não conhecido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10241	0012804-73.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	IRDR- INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Pedido de instauração do incidente objetivando a uniformização da jurisprudência em razão do elevado número de processos na Comarca de Atibaia, relacionados à Lei Complementar nº 749/2017, que reformulou a Planta Genérica de Valores naquele Município - Pretensão do requerente em estabelecer tese sobre a legalidade da progressividade - Impossibilidade - Matéria que demanda dilação probatória - Juízo de admissibilidade para instauração do incidente - Descumprimento dos requisitos previstos nos artigos 976 e seguintes do CPC/2015 - Produção de prova pericial determinada em inúmeros processos mencionados no incidente para definir critérios fáticos - Designação de perícia - Inexistência de processos pendentes de julgamento em grau de recurso, cujo objeto seja a progressividade do IPTU instituída pela Lei Complementar nº 749/2017 do Município de Atibaia (art. 978 do CPC/2015) - IRDR NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10243	2068428-73.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	<p>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Câncer de próstata. Realização de biópsia. Mandado de segurança convertido em ação de procedimento comum. Município suscitante requereu perícia médica e o juízo nomeou um perito. Recurso de agravo de instrumento postulando que a perícia fosse realizada pelo IMESC, não conhecido, por decisão monocrática da eminente Desembargadora Flora Maria Nesi Tosi Silva, porque não relacionada a hipótese no rol taxativo do artigo 1015 do Código de Processo Civil. Questão que permanece em aberto, podendo ser suscitada em eventual recurso de apelação contra a sentença ainda não proferida. Código de Processo Civil atual, artigo 1009, § 1º. Serviço do IMESC que só é gratuito para os beneficiários de gratuidade, mas oneroso para quem não seja, de modo que o Município suscitante não estaria desobrigado do custeio da perícia que requereu, inclusive de antecipar o pagamento. É provável que o custo da perícia pelo IMESC seja menor em relação ao de um perito autônomo. Ainda que o juiz possa determinar que a perícia seja realizada pelo IMESC, não pode ser obrigado a fazê-lo, dado que o perito é sempre de livre escolha do juiz, devendo a nomeação recair sobre profissional da sua confiança, especializado no objeto da perícia, cabendo às partes arguir impedimento ou suspeição, se for o caso, e também se manifestar sobre a proposta de honorários. Código de Processo Civil atual, artigo 465. Não existe controvérsia sobre questão de direito quanto à possibilidade legal do juiz nomear perito de sua livre escolha e impossibilidade legal de ser obrigado a determinar que as perícias médicas sejam feitas pelo IMESC, órgão público estadual, não envolvendo, tampouco, hipótese de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Voto por não admitir o incidente.</p>
10244	0014510-91.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	<p>DECISÃO MONOCRÁTICA: "tem como pano de fundo circunstâncias fáticas diversas...."</p>

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10245	2074239-14.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Controvérsia das Câmaras de Direito Público em relação à reforma de policiais militares por incapacidade permanente, com proventos integrais e promoção ao posto/graduação superior - Inadmissibilidade do incidente - Não preenchimento dos requisitos de admissibilidade - Recurso de apelação em que discutida a matéria que aqui se pretende firmar tese que já foi analisado pela 6ª Câmara de Direito Público, pendente de análise apenas embargos de declaração opostos contra o v. acórdão. Incidente não admitido.
10246	2079349-91.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	Processual civil. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Instauração após o julgamento da apelação que poderia lhe dar causa. Extemporaneidade. Interpretação do art. 978, parágrafo único, do CPC/2015. Processual civil. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Ausência de demonstração de efetiva repetição de processos com controvérsia sobre a mesma questão de direito. Requisito previsto no art. 976, inciso I, do CPC/2015. Incidente não admitido.
10247	2080808-31.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Juízo de admissibilidade - Não cumprimentos requisitos previstos pelo Código de Processo Civil nos artigos 976 e seguintes - Inexistência de processo pendente de julgamento em grau de recurso, remessa necessária ou de processo de competência originária do qual o incidente se originou - Recurso de Apelação nº 1000718-17.2017.8.26.0471 já julgado - Jurisdição encerrada - Incidente inadmitido.
10248	2080813-53.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Juízo de admissibilidade - Não cumprimento dos requisitos previstos pelo Código de Processo Civil nos artigos 976 e seguintes - Inexistência de processo pendente de julgamento em grau de recurso, remessa necessária ou de processo de competência originária do qual o incidente se originou - Recurso de Apelação nº 1000719-17.2017.8.26.0471 já julgado - Jurisdição encerrada - Incidente inadmitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10249	2084159-12.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Incabível	IRDR - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Juízo de admissibilidade. Afetação dos Recursos Especiais 1.704.520 e 1.696.396, no E. Superior Tribunal de Justiça, para definição da tese jurídica sobre possibilidade de interpretação extensiva do art. 1.015, inc. III do Código de Processo Civil. Descabimento deste incidente de resolução de demandas repetitivas (art. 976, §4º do Código de Processo Civil). Pronta inadmissibilidade que se impõe.
10250	2091997-06.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Aposentadoria especial. Adicional de insalubridade como requisito único à concessão da aposentadoria especial. Atividade especial e insalubre. Apelação julgada. O incidente de resolução de demandas repetitivas deve ser suscitado antes do julgamento do recurso, da remessa necessária ou do processo de competência originária de onde se originou o incidente, para que o órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica resolva também a lide principal. Inteligência do art. 978 e parágrafo único do CPC. O julgamento da apelação impede o processamento do incidente. Incidente não conhecido.
10251	2094709-66.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - APONTADA DIVERGÊNCIA ACERCA DA NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO VALOR DA CAUSA, PARA FINS DE RECOLHIMENTO DE PREPARO - CONFORME EXPRESSA DISPOSIÇÃO LEGAL, PARA INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE, NECESSÁRIO O PREENCHIMENTO CUMULATIVO DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ARTIGO 976, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NÃO COMPROVADA A EFETIVA REPETIÇÃO DE PROCESSOS QUE ENVOLVAM A MESMA QUESTÃO DE DIREITO - ACÓRDÃOS COLACIONADOS APRESENTAM DECISÕES CONFLITANTES, MAS PONTUAIS E, AINDA, DE ÉPOCAS DISTINTAS (2005, 2010, 2012, 2015 E 2016) - PRECEDENTES DESTE C. ÓRGÃO ESPECIAL - INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
10252	2096817-68.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10253	2097645-64.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Juízo de admissibilidade - Incidente manejado como sucedâneo de recurso especial e extraordinário Julgamento anterior de recurso de apelação na mesma causa contrariamente aos interesses do suscitante - INCIDENTE INADMITIDO.
10254	2101754-24.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Juízo de admissibilidade. Não preenchidos os pressupostos necessários à sua instalação, ante a inexistência de divergência entre as Câmaras de Direito Público em relação à base de cálculo do Adicional de Qualificação instituído pela Lei Complementar Estadual nº 1.217/13. Recurso inominado que, ademais, já foi julgado por uma das Turmas Recursais. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.
10255	2102039-17.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Fixação de tese quanto aos veículos da Eletropaulo que prestam serviço público essencial não se sujeitem às normas e restrições do rodízio municipal e de circulação em zona máxima de restrição de circulação (ZMRC) - Não preenchidos os requisitos de admissibilidade - Recurso de apelação em que a matéria aqui debatida já foi julgada pela 12ª Câmara de Direito Público, pendente de análise apenas embargos de declaração opostos contra o v. acórdão Incidente não admitido.
10256	2102050-46.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva - Inexistência de recurso pendente de julgamento no Tribunal - Agravo de instrumento, em que suscitado o incidente, já julgado - Requisito de admissibilidade para a instauração do incidente não verificado - NCPC, art. 938, parágrafo único - Incidente não conhecido.
10257	2103746-20.2018.8.26.0000	Turma Especial - Criminal	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10258	2108402-20.2018.8.26.0000	8º Grupo de Direito Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Matéria acidentária IRDR proposto quando já julgados o recurso do INSS e o reexame necessário pela Col. 16ª Câmara de Direito Público Inexistência de processo pendente neste Tribunal Inteligência do art. 978, parágrafo único, do CPC Ausência de preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade imprescindíveis ao regular processamento do incidente Inviabilidade do manejo do instituto como sucedâneo recursal Precedentes Decisão ainda sujeita, em tese, a recurso perante os Tribunais Superiores Discussão, se tanto, a ser feita eventualmente em ação rescisória Inadequação da via eleita Ausência do interesse de agir Incidente inadmitido, por ser incabível na espécie.
10259	2109130-61.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Incabível	DECISÃO MONOCRÁTICA: "...a questão levantada no incidente já foi afetada e resolvida pelo STJ, de maneira que não se mostra adequada a pretensão de se criar precedente vinculante na órbita estadual, por expressa previsão legal".
10260	2110836-79.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Tema: concessão das verbas trabalhistas a guardas municipais com escala de trabalho sob regime 12x36 Processamento negado, tendo em vista o julgamento da ação principal em momento anterior ao ajuizamento do presente incidente Incidente não admitido.
10261	2112603-55.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE Controvérsia sobre o início da contagem do prazo para oposição de embargos de terceiro (art. 675 do CPC). Alegação de divergência no âmbito deste Eg. Tribunal. Incidente visando uniformizar a matéria. Inadmissibilidade. Não observados os requisitos para instauração de IRDR (art. 976, I e II do CPC). Ausência de efetiva repetição de processos com controvérsias sobre a mesma questão de direito, ou risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Inviável a admissão do incidente. Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10262	2117039-57.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Pretendida uniformização da jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça sobre o termo inicial da correção monetária e juros de mora em ação monitória, bem como contagem de prazo prescricional para cobrança de débito originado de notapromissória e cheques prescritos - Recurso de apelação do qual originado o incidente que já foi julgado - Inteligência do parágrafo único do art. 978 do Código de Processo Civil -Precedentes do C. Sodalício - Incidente inadmitido.
10263	2117075-02.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Servidora pública estadual, vinculada à Secretaria de Educação. Décimos incorporados na forma do artigo 133 da Constituição Estadual, suprimidos com a promoção da autora. Processo originário nº 1003839-41.2017.8.15.0189. Recurso julgado em 21-06-2018, pela 2ª Turma Cível e Criminal do Colégio Recursal de Fernandópolis. Ulterior julgamento do incidente, pelo mérito, não teria efeito retroativo sobre o julgamento já realizado. Código de Processo Civil atual, artigo 978, parágrafo único. IRDR idêntico suscitado no processo nº 2117375-61.2018.8.26.0000, ainda pendente de julgamento em grau de recurso, no mesmo dia e pelo mesmo advogado, também submetido ao juízo de admissibilidade desta Turma Especial. Descabida a duplicidade, em vista do efeito vinculante conferido pelo artigo 985 do Código de Processo Civil atual. Voto por não admitir o incidente.
10265	2122414-39.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Pendente	
10266	2130778-97.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Pendente	
10267	2132440-96.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Matéria cuja tese pretende se firmar que já foi julgada, em sede recursal, no caso concreto, pela Colenda Câmara de Origem deste Tribunal de Justiça. Impossibilidade de instauração do incidente. Inteligência do art. 978, parágrafo único, do CPC/2015. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10268	2140235-56.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas - Postulação como "pedido de uniformização de jurisprudência", na forma dos artigos 476 e seguintes do Código de Processo Civil de 1973 Pedido de uniformização distribuído como IRDR - Prejudicado o presente incidente, ante o julgamento do recurso que lhe deu causa - Admissão do IRDR descabida - Inteligência do artigo 978, parágrafo único do Código de Processo Civil de 2015 - Incidente não admitido.
10269	2142120-08.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Controvérsia das Câmaras de Direito Público em relação a honorários advocatícios em patamar razoável, com aplicação do art. 85, § 3º do CPC Inadmissibilidade do incidente - Não preenchimento dos requisitos de admissibilidade Recurso de apelação em que discutida a matéria que aqui se pretende firmar tese que já foi analisado pela 2ª Câmara de Direito Público, pendente de análise apenas embargos de declaração oposto contra o v. acórdão. Incidente não admitido.
10270	2142846-79.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Proposta instauração de IRDR para uniformização jurisprudencial em relação a honorários advocatícios contra a Fazenda Pública - IRDR que foi proposto quando o recurso já havia sido julgado pela E. 2ª Câmara de Direito Público Não preenchimento de todosos requisitos de admissibilidade - Caso de não admissão do incidente - Precedentes -Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10271	2142286-40.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	<p>Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Discussão a respeito da penhorabilidade do fundopartidário para pagamento de dívida de campanha eleitoral - Ausência de repetição de decisões conflitantes a ensejarrisco à isonomia e segurança jurídica passível de uniformização jurisprudencial - Pretensão à uniformizaçãode entendimentosobrequestãode fatoe nãoexclusivamente de direito - Anterior agravo de instrumento(AI 2147658.04.2017.8.26.0000) no qual se decidiu que a penhora não poderia incidir sobre recursos públicos do fundo partidário por serem impenhoráveis (art. 833, XI, do CPC), circunstância que deveria ser observada peloadministrador-depositário no cumprimento da medida(penhora de 30% do faturamento das executadas) - Nosembargos de declaração interpostos do acórdãodesseagravo,anotou-sea possibilidade da penhorado faturamento dos executados, com a observação de que o cumprimento da medida deveria se atentar para o art. 833,XI, do CPC, vedando a penhora sobre recursos públicos do fundo partidário. Ademais, ressalvou-se, na referidadecisão, que a natureza dos recursos que viessem a serpenhoradose sua adequaçãoà hipótese de impenhorabilidade eram questões de fato que deveriam ser alegadas e decididas oportunamente pelo juiz da causa, na hipótese de surgir controvérsia sobre o ponto durante o cumprimento da penhora sobre o faturamento do fundopartidário dos executados - Possibilidade da análise da constituição da natureza do valor da penhora de 30% do faturamento a demandar questão fática - Inadmissibilidadede análise em IRDR - Inexistência de risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Ausência dos pressupostos de admissibilidade do art. 976 e art. 978,parágrafo único do CPC - IRDR inadmitido.</p>
10272	2148354-06.2018.8.26.0000	7º Grupo de Direito Público	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10273	2150704-64.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - SERVIDOR ESTADUAL - SEXTA-PARTE - CASE DE CÁLCULO - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - De acordo com o que dispõe o art.976, do CPC/2015, é cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: (i) efetiva repetição de processos; (ii) que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; além de (iii) risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Adira-se, ainda, (iv) a necessidade de inexistir incidente análogo já afetado às Cortes Superiores (§4º, do art. 976, do CPC/2015); e (v) a imprescindível pendência de recurso, reexame necessário ou de processo de competência originária do Tribunal, em relação à causa principal que originar o incidente (art. 978, parágrafo único, do CPC/2015) - não preenchimento, na hipótese, de todos os requisitos de admissibilidade imprescindíveis ao regular processamento do incidente, notadamente porque este foi protocolizado em momento no qual já havia sido esgotada a jurisdição deste Tribunal - julgamento definitivo do recurso de apelação do qual exsurgiu o presente incidente. Incidente não admitido.
10274	2153504-65.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Apontada divergência em decisões colegiadas acerca da competência das C. Câmaras Reservadas de Direito Empresarial para processar e julgar processos versando concorrência desleal. Não preenchimento dos pressupostos cumulativos previstos no artigo 976 do Código de Processo Civil. Matéria controvertida que não é "unicamente de direito". Incidente não conhecido.
10275	2156170-39.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Proposta instauração de IRDR para uniformização jurisprudencial em relação a honorários advocatícios contra a Fazenda Pública - IRDR que foi proposto quando o recurso já havia sido julgado pela E. 7ª Câmara de Direito Público Não preenchidos os todos os requisitos de admissibilidade Caso de não admissão do incidente - Precedentes. Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10276	2156254-40.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Proposta instauração de IRDR para uniformização jurisprudencial em relação a honorários advocatícios contra a Fazenda Pública - Caso em que o recurso de apelação no qual é discutida a matéria, que aqui se pretende firmar tese, já foi analisado pela E. 13ª Câmara de Direito Público - Ausentes todos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 976 e 978 do CPC - Incidente não admitido.
10277	0026950-22.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	(segredo de justiça)
10278	2139451-79.2018.8.26.0000	Turam Especial - Privado 1	Pendente	
10279	2157859-21.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - PROPOSITURA COM O OBJETIVO DE UNIFORMIZAR JURISPRUDÊNCIA - AÇÕES EM FACE DE FORNECEDORES DE SERVIÇOS QUANTO AO PAGAMENTO DE LUCROS CESSANTES CONFORME A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO ANTERIOR JULGAMENTO DE APELAÇÃO PELA 25ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 978, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC - O RECURSO QUE DÁ ORIGEM AO INCIDENTE DEVE SER JULGADO EM CONJUNTO COM A DECISÃO DO IRDR PEDIDO DE CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA OU DIFERIMENTO - PREJUDICADO DIANTE DA INEXIGÊNCIA DO PAGAMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS - ART. 976, § 5º, CPC - INCIDENTE DE QUE NÃO SE CONHECE.
10280	2157988-26.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. QUESTIONAMENTO QUANTO À "LICITUDE, OU NÃO, DA DIVULGAÇÃO, POR PROVEDOR DE APLICAÇÕES NA INTERNET, DE DADOS DE PROCESSOS JUDICIAIS (EM ANDAMENTO OU FINDOS) QUE NÃO TRAMITEM EM SEGREDO DE JUSTIÇA, BEM COMO DA EXISTÊNCIA, OU NÃO, DO DEVER DE REMOVER OS REFERIDOS CONTEÚDOS DAS PÁGINAS DOS REFERIDOS PROVEDORES". AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 976, I E II DO CPC. NÃO CONSTATADA A EFETIVA REPETIÇÃO DE DECISÕES CONFLITANTES APTAS A IMPLICAR RISCO À ISONOMIA E À SEGURANÇA JURÍDICA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10282	2158901-08.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Fixação de tese acerca da destinação da multa pelo descumprimento de obrigação prevista no art.84, do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) - Não preenchidos os requisitos de admissibilidade -Ausência da demonstração da efetiva repetição de processos que contenham a controvérsia e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Inteligência do artigo 976, do CPC - Incidente não admitido.
10283	2159422-50.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Incabível	PROPOSTA DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA - REJEIÇÃO - Ausência de divergência que permita considerar motivação suficiente a ensejar o incidente - Recursos paradigmas que aplicaram o entendimento firmado em sede de Recurso Repetitivo (Tema 938) no STJ - Resultado dos julgados que decorre do conjunto fático probatório - Enunciado 334 do FPPC que estabeleceu a impossibilidade de processamento do incidente em demandas repetitivas - Pretensão rejeitada.
10284	2161325-23.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - Juízo de admissibilidade - Controvérsia acerca da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita - Alegação de divergência no âmbito deste Eg. Tribunal de Justiça - Incidente visando uniformizar a matéria - Inadmissibilidade - Inteligência do artigo 976, incisos I e II, do Código de Processo Civil - Não comprovação da efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, bem como o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Ausência de requisito de admissibilidade - Precedentes deste Colendo Órgão Especial. Não se conhece do incidente.
10285	2161404-02.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Plano de Saúde. Ação de obrigação de fazer. Fase de cumprimento de sentença. Assunto relacionado a anterior comando judicial transitado em julgado. Exame de vínculo jurídico. Não cabimento à conta de unidade aludida. Existência, ademais, de aspectos fáticos que extravasam a índole do instituto. Veto intransponível, por fim, dos efeitos objetivos da coisa julgada. Não cumprimento dos predicados legais. INCIDENTE REJEITADO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10286	2161529-67.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidentede Resolução de Demandas Repetitivas - Descabimento da instauração do incidente - O art. 976 doCPC/15 dispõe que, para fins de admissibilidade do IRDR, se exige a efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito,com risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Verbas trabalhistas devidas aos guardas civis municipais - Acórdãos juntados que tratam de casos distintos, de Municípios distintos, cada qual com seu próprio Estatuto - Inviabilidade de instauração do IRDR, ante a ausência dospressupostos legais para tanto.IRDR não admitido.
10287	2161547-88.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Aplicação de meios atípicos de coerção para cumprimento de obrigações, fundada no artigo 139, IV, do CPC. Ao estabelecer a lei que o Juiz lançará mão de medidas necessárias atraí o exame de matéria de fato em cada caso. Requisito de a questão ser unicamente de direito estabelecido no artigo 976, II, do CPC não atendido. Descabimento do manejo do IRDR. Instauração de incidente rejeitada por inadmissibilidade.
10288	2163902-71.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	PROCESSUAL CIVIL. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Nova instauração. Não preenchido o pressuposto de admissibilidade que a autorizaria, uma vez que a suscitante não satisfaz o requisito, cujo desatendimento provocara a rejeição do incidente anteriormente apresentado. Inteligência do § 3º do artigo 976 do Código de Processo Civil. NÃO CONHECIMENTO.
10289	2163950-30.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Proposta instauração de IRDR para uniformização jurisprudencial em relação a honorários advocatícios contra a Fazenda Pública - IRDR que foi proposto quando o recurso já havia sido julgado pela E. 7ª Câmara de Direito Público - Não preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade - Caso de não admissão do incidente - Precedentes -Incidente não admitido.
10291	2167797-40.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Ausência de pendencia de julgamento de recurso nesta Seção - Aplicação do art. 32, I, do Regimento Interno e do art. 977 e do art. 978, parágrafo único, do CPC - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10292	2168305-83.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Proposta instauração de IRDR para uniformização jurisprudencial em relação a honorários advocatícios contra a Fazenda Pública - IRDR que foi proposto quando o recurso já havia sido julgado pela E. 5ª Câmara de Direito Público - Não preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade - Caso de não admissão do incidente - Precedentes - Incidente não admitido
10293	2169187-45.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Pendente	
10294	2170095-05.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Pendente	
10295	2173866-88.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDA SREPETITIVAS (IRDR). Pretensão de definição, como tese, de que o recolhimento da taxa judiciária respectiva seria o critério objetivo suficiente para a realização de nova tentativa de penhora 'online' (pelos sistemas BACENJUD,RENAJUD e INFOJUD). Incidente que tem por base o AI nº 2138828-15.2018.8.26.0000, da 38ª Câmara de Direito Privado desta Corte - recurso esse que, ao tempo do pedido de instauração do incidente (em 21.08.2018), já se encontrava julgado pelo Órgão jurisdicional fracionário. Descumprimento do requisito do art. 978, parágrafo único, NCPC. Doutrina e precedentes deste Colegiado. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.
10296	2175019-59.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Matéria cuja tese pretende se firmar que já foi julgada, em sede recursal, no caso concreto, pela Colenda Câmara de Origem deste Tribunal de Justiça. Impossibilidade de instauração do incidente. Inteligenciado art. 978, parágrafo único, do CPC/2015. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.
10297	0034681-69.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10298	2177125-91.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Proposta instauração de IRDR para uniformização jurisprudencial em relação a honorários advocatícios contra a Fazenda Pública - IRDR que foi proposto quando o recurso já havia sido julgado pela E. 8ª Câmara de Direito Público - Não preenchimento de todos os requisitos de admissibilidade - Caso de não admissão do incidente - Precedentes -Incidente não admitido.
10299	2177131-98.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Fornecimento de medicamento imposto ao Estado. Honorários advocatícios fixados em dez por cento do valor da causa, de noventa e seis mil reais, reduzidos em grau de recurso para mil e quinhentos reais, por apreciação equitativa, em 30 de julho de 2018, pela 9ª Câmara de Direito Público. Alegadorisco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica em virtude de decisões divergentes. Postulada a observância dos percentuais do artigo 85, § 3º, do Código de Processo Civil. Recurso especial com o mesmo objeto interposto no mesmo dia do protocolo deste incidente, em 23 de agosto de 2018. Apesar da possibilidade do efeito vinculante, constitui pressuposto indispensável de admissão do incidente que possa ser aplicado ao processo em que é suscitado, o que marca o interesse de agir do suscitante, inviabilizado pelo julgamento já realizado, que não pode ser afetado por ulterior decisão do incidente, destituído de efeito retroativo, não constituindo tampouco sucedâneo dos recursos em geral, aspecto reforçado pela disposição do artigo 978, parágrafo único, do Código de Processo Civil, que determina ao órgão incumbido de julgar o incidente e de fixar a correspondente tese jurídica, que julgue também o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente, o que pressupõe que não tenham sido julgados, pois em tal caso o incidente não terá cabimento. Precedentes desta Turma Especial. Voto por não admitir o incidente.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10300	2177717-38.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Prevenção. Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo, artigo 105. Amplitude. - 1. IRDR. Embargos de declaração. Os embargos de declaração devem ser julgados pela câmara e turma julgadora que participaram do julgamento do acórdão embargado, a impossibilitar que a Turma Especial 'julgue igualmente o recurso' como previsto no art. 978 § único do CPC e a obstar a assunção da jurisdição. - 2. IRDR. Regimento Interno, art. 105. O artigo 976 do CPC dispõe que é cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. O artigo 105 do RITJSP disciplina a questão da prevenção no âmbito do Tribunal, estabelecendo a prevenção inclusive para os casos derivados do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica. Depreende-se, portanto, que análise da competência é feita a partir do caso concreto, não se tratando de questão unicamente de direito. A conexão entre ações nos termos do artigo 55 do CPC (quando em comum a causa de pedir e o pedido) é apenas um dos critérios de prevenção; e essa amplitude maior decorre da própria finalidade do instituto, que é permitir ao Tribunal pacificar a jurisprudência, evitando decisões conflitantes. Assim, não preenchido o requisito do artigo 976, inciso I do CPC, o incidente não pode ser admitido. Incidente não admitido.
10302	2181949-93.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Administrativo - Reintegração de servidores públicos exonerados para atender ao limite de despesas com pessoal - Comprovação pelo requerente da existência de dissenso jurisprudencial relevante, dada a multiplicidade de processos que versam exclusivamente sobre essa questão de direito, porém com julgados díspares e, assim, também atendido o requisito de risco à segurança jurídica e à isonomia - Inteligência do art. 976 e seguintes do CPC - Contudo, o recurso originário (agravo de instrumento) já se encontra julgado - Inteligência do art. 978, parágrafo único, do NCPC. IRDR não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10303	2182847-09.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Teses jurídicas propostas: a) inaplicabilidade do CDC aos contratos de plano de saúde administrados por entidades de autogestão; b) não obrigatoriedade de custeio de procedimentos, pelas entidades de autogestão, de internações em clínicas e hospitais não credenciados; c) inexistência de limitação de índice pela ANS para planos empresariais por adesão, operados por autogestões. Teses propostas "a" e "b", ausência, no âmbito deste Tribunal, notadamente a partir da edição da Súmula 608- STJ, de controvérsia envolvendo a matéria a justificar a instauração do incidente. Presença, ainda, quanto ao item "b", de conteúdo fático a envolver a matéria, descabendo a sua resolução no âmbito de IRDR (art. 976, I, CPC). Item "c", por sua vez, despido de qualquer suporte para a postulação, notadamente a existência de controvérsia a respeito neste Tribunal. INCIDENTE INADMITIDO.
10304	2183510-55.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. 1. Pretensão de obtenção de decisão vinculante sobre o prazo final em que a lei autoriza o devedor a purgar a mora em contrato imobiliário com cláusula de garantia fiduciária. Questionamento acerca da aplicabilidade das disposições constantes na Lei nº 13.465/17 nos contratos firmados antes de sua promulgação. 2. Hipótese de instauração extemporânea do incidente. Interposição ocorrida apenas após o julgamento do recurso sobre o qual a requerente busca efeito vinculativo (recurso julgado em 09 de agosto de 2018, incidente apresentado em 30 de agosto de 2018). Exigência legal de pendência de recurso ou processo, cuja análise deve ocorrer em conjunto com a decisão do IRDR, não preenchida. Instauração tardia do incidente. Ausência de juízo de admissibilidade positivo. Incidente não conhecido.
10305	2184615-67.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Fixação de tese quanto às Leis Complementares Estaduais nº 1.064 e 1.151/2011, que desconsideraram o tempo de serviço prestado pelo policial civil nas extintas 5ª e 4ª Classes, para fins de promoção na carreira - Não preenchidos os requisitos de admissibilidade - Recurso de apelação em que a matéria aqui debatida já foi julgada pela Col. 4ª Câmara de Direito Público - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10306	2185528-49.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Pendente	
10307	2190020-84.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas Inadequação da via eleita Impossibilidade do manejo de IRDR como sucedâneo recursal Ação ajuizada pela ora suscitante julgada pela C. 12ª Câmara de Direito Público Incidente não admitido.
10308	2190391-48.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Pagamento de gratificação de representação a servidores do Tribunal de Justiça (contador) com lotação em gabinete - Recurso já julgado - Requisitos previstos na legislação processual não preenchidos - Incidente não conhecido.
10309	2193907-76.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Aguardando publicação de acórdão
10310	2197426-59.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Pendente	
10311	2203242-22.2018.8.26.0000	7º Grupo de Câmaras de Direito Público	Inicial Indeferida	Com efeito, considerados os fundamentos acima expostos, a petição inicial pode ser indeferida por inépcia (art. 330, I, CPC), na medida em que da narração dos fatos nela mencionados não decorre uma conclusão lógica, bem como, não contém pedido compatível com o nome dado à petição e a causa de pedir (art. 330, § 1º, III e IV, CPC).
10312	2205809-26.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Tema: competência absoluta dos Juizados Especiais da Fazenda Pública mesmo na hipótese de litisconsórcio passivo necessário por entes públicos e privados, bem como cabimento de agravo de instrumento contra decisões que fixam competência processual - Processamento negado tendo em vista o julgamento do recurso principal em momento anterior ao ajuizamento do presente incidente - Incidente não admitido.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10313	2207890-45.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Pendente	
10314	2218549-16.2018.8.26.0000	Turma Especial - Publico	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Juízo de admissibilidade. Ausência dos pressupostos necessários à sua instalação. O julgamento do recurso do processo originário utilizado para suscitá-lo, torna inadmissível o recebimento e processamento do incidente protocolizado posteriormente. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.
10315	2219441-22.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. Incidente suscitado no bojo de Agravo de Instrumento. Pretensão de fixação de entendimento uniforme a respeito da tese de "inadmissibilidade de decisões implícitas". Tese que não representa relevante questão de direito, com grande repercussão social ou que recomende a composição ou prevenção de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal. Ausência dos requisitos previstos no artigo 947 do Código de Processo Civil. Pedido indeferido.
10316	2223789-83.2018.8.26.0000	Turma Especial Privado 2	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas. Não cabimento. Requisitos do artigo 976 e seguintes do CPC/15 que não se mostram presentes. Processamento do Incidente indeferido.
10317	2224581-37.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Pendente	
10318	2227025-43.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Pendente	
10319	2229223-53.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Pendente	
10320	2229912-97.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10321	2230638-71.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	Incidente de resolução de demandas repetitivas - Fase de Admissibilidade - Natureza jurídica do adicional de local de exercício (ALE) para fins de incidência da sexta-parte - Ausência de requisitos para admissão do incidente - Gratificação, cuja inclusão na base de cálculo da sexta-parte se discute, fora absorvida nos vencimentos dos integrantes da polícia militar e civil a partir da vigência da Lei Complementar estadual n.º 1.197/2013 - Impossibilidade de instauração do incidente mais de cinco anos após o mencionado ato - Inexistência de direito quanto ao período posterior e claramente prescritas quaisquer diferenças eventualmente existentes enquanto tal verba subsistiu - Ações de idêntico conteúdo ainda pendentes de julgamento que não justificam a instauração do incidente - Não verificado risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica - Incidente não admitido.
10322	2230903-73.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Inadmitido	FASE DE ADMISSIBILIDADE EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. Matéria cuja tese pretende se firmar que já foi julgada, em sede recursal, no caso concreto, pela Colenda Câmara de Origem deste Tribunal de Justiça. Impossibilidade de instauração do incidente. Inteligência do art. 978, parágrafo único, do CPC/2015. INCIDENTE NÃO ADMITIDO.

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10323	2231329-85.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Inadmitido	"INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) - PRETENSÃO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - CONTROVÉRSIA ACERCA DA BASE DE CÁLCULO DO PREPARO DE APELAÇÃO QUANDO O RECURSO DISCUTIR APENAS A MAJORAÇÃO OU REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA DE SUCUMBÊNCIA (ARTIGO 4º, INCISO II, § 2º, DA LEI ESTADUAL Nº 11.608/2003) - AUSÊNCIA DE EFETIVA REPETIÇÃO DE PROCESSOS COM CONTROVÉRSIA SOBRE A MESMA QUESTÃO DE DIREITO OU RISCO DE OFENSA À ISONOMIA E À SEGURANÇA JURÍDICA - DIVERGÊNCIAS PONTUAIS QUE SE ENCONTRAM DENTRO DA NORMALIDADE DA FORMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA - REQUISITOS PARA INSTAURAÇÃO DO IRDR NÃO PREENCHIDOS (ART. 976, INCISOS I E II DO CPC) - PRECEDENTES DESTE COLENDO ÓRGÃO ESPECIAL - INCIDENTE NÃO CONHECIDO". "A existência de alguns julgados desta Corte, ainda que com entendimentos divergentes, não é suficiente a caracterizar a multiplicidade de processos que enseja a uniformização que o incidente visa proporcionar".
10324	2231846-90.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Incidente instaurado após o julgamento do recurso paradigma - Inadmissibilidade - IRDR que não se apresenta como substituto de recursos - Incidente não conhecido.
10325	2236320-07.2018.8.26.0000	7º Grupo de Direito Público	Pendente	
10326	2220434-65.2018.8.26.0000	7º Grupo de Direito Público	Pendente	
10327	0046298-26.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10328	2239686-54.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Inadmitido	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - Ações de execução de título extrajudicial -Despesas condominiais - Pretensão do executado de obter o reconhecimento da conexão entre as execuções - Requisitos do artigo 976, incisos I e II, do Código de Processo Civil não preenchidos - Incidente não admitido.
10329	2239686-54.2018.8.26.0000	Turma Especial - Público	Pendente	
10330	2245863-34.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Pendente	
10331	2248951-80.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Pendente	
10332	2255073-12.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Pendente	
10333	2256742-03.2018.8.26.0000	Turma Especial - Privado 3	Pendente	
10334	2262228-66.2018.8.26.0000	7º Grupo de Direito Público	Pendente	
10335	2263314-72.2018.8.26.0000	Turma Especial - Publico	Pendente	
10336	2264760-13.2018.8.26.0000	Órgão Especial	Pendente	
10337	2264828-60.2018.8.26.0000	(Processo não distribuído)	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10338	2265023-45.2018.8.26.0000	Turma Especial - Publico	Pendente	
10339	0052352-08.2018.8.26.0000	(Processo não distribuído)	Cancelado	
10340	0052391-05.2018.8.26.0000	7º Grupo de Direito Público	Pendente	
10341	0001774-07.2019.8.26.0000	Órgão Especial	Pendente	
10342	0002245-23.2019.8.26.0000	Turma Especial - Publico	Pendente	
10343	0002291-12.2019.8.26.0000	Turma Especial - Publico	Pendente	
10344	2002547-18.2019.8.26.0000	Turma Especial - Privado 2	Pendente	
10345	0003391-02.2019.8.26.0000	Turma Especial - Publico	Pendente	
10346	2006056-54.2019.8.26.0000	Turma Especial - Privado 1	Pendente	
10347	2007610-24.2019.8.26.0000	Turma Especial de Direito Privado	Pendente	

Controle Interno	Número	Competência	Status	Ementa
10348	2008553-41.2019.8.26.0000	(Processo não distribuído)	Pendente	
10349	2011120-45.2019.8.26.0000	(Processo não distribuído)	Pendente	
10350	2012182-23.2019.8.26.0000	(Processo não distribuído)	Pendente	